

ESTRELLA D'ALVA: UM JORNAL AO SERVIÇO DO NACIONALISMO CATÓLICO (1901-1902)

MARIA LÚCIA DE BRITO MOURA *

O *Estrella d'Alva* iniciou a sua publicação a 2 de Fevereiro de 1901. O último número a que tivemos acesso é datado de 29 de Dezembro de 1902, ignorando se, a partir desta data, o jornal voltou a ser publicado. Entre 2 de Fevereiro de 1901 e 31 de Maio de 1902 existe um “buraco negro” abrangendo 29 números (do nº 2 ao nº 31), de que não foram encontrados quaisquer exemplares. Apesar destas limitações, o estudo deste jornal revela-se de interesse para a história portuguesa, dado apresentar características que o distinguem de uma vulgar folha regional.

Numa primeira fase, embora aparecendo como um periódico de Loriga – freguesia do concelho de Seia – a redacção e a administração funcionavam numa outra localidade pertencente ao mesmo concelho – Santa Marinha – sendo o redactor principal um magistrado daí natural, o Dr. José Inácio Delgado de Carvalho. Na modesta posição de colaborador aparecia o Dr. António Mendes Lages – o conhecido médico militantemente católico, natural de Loriga e residente em Lisboa. O jornal era impresso nesta cidade, na tipografia da *Casa Catholica*, situada na Calçada de S. Francisco, nº 13, onde se levava a cabo a composição do diário católico *Correio Nacional*. O cabeçalho apresentava como editor José Fernandes Carreira, morador em Loriga e, provavelmente, homem da confiança do industrial Augusto Luís Mendes, grande amigo de Mendes Lages. Em subtítulo, o *Estrella d'Alva* afirmava-se «jornal quinzenal político, literário e noticioso», mas revelar-se-ia fundamentalmente um defensor da regeneração e moralização do país, de acordo com os princípios definidos pela

* Doutora em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra; membro do CEHR.

Igreja Católica. Os seus responsáveis reconheciam a importância da imprensa, por ser o «meio mais adequado para dirigir a opinião das multidões»¹, no combate à influência de outros jornais que, como uma “praga”, chegavam à mais remota aldeia². A publicação do novo periódico acompanhava, assim, o surgimento de um grande número de jornais, aparecidos recentemente, em especial nas províncias³. No número 37 declarava-se que, por meio da imprensa, «a seita maçónica alcançou seus maiores triunfos». Assim sendo, inferia-se que «também nós por meio da nossa imprensa havemos de triunfar»⁴. As preocupações religiosas estão implícitas no próprio nome do jornal – “estrela d’alva” (ou *stella matutina*) é um dos muitos nomes dados a Maria, mãe de Jesus, nas invocações das ladainhas. Afirmando-se que «um nome é um destino»⁵, intimava-se: «Mas, sus, ânimo, leitores honrados, que o reinado de satanás há-de acabar, logo que a mão do Eterno lhe esmague a cabeça sob o pé da Virgem, para dar valor à Estrela d’Alva»⁶.

Loriga como centro de onde se pretendia lançar o combate pela moralização

Loriga era uma das freguesias mais importantes – se não a mais importante – do concelho de Seia. Em 1900, quando foi efectuado o censo da população, contava 2228 habitantes. Muitos destes labutavam numa agricultura difícil, em terreno acidentado. Só com muita canseira, através de cômoros erguidos por gerações de serranos, se conseguia impedir que as enxurradas arrastassem pelos declives as courelas construídas. Uma boa parte dos residentes – cerca de duzentos – trabalhava em fábricas de lanifícios, sediadas nas margens das ribeiras que, com a impetuosidade das suas águas, faziam mover as rodas hidráulicas. À procura de condições que a terra natal lhes negava numerosos loriguenses emigravam, principalmente para o Brasil. Compreende-se, por isso, a presença, no jornal, de correspondências de Manaus e Pará. Depois da extinção do concelho de Loriga, em 1855, os habitantes continuavam a chamar “vila” à sua terra.

¹ *Estrela d’Alva*, Ano II, nº 39, 22/09/1902, p. 2, col. 1.

² *Ibidem*, nº 38, 29/08/1902, p. 3, col. 3.

³ *Ibidem*, nº 1, 2/02/1901, p. 2, col. 2.

⁴ *Ibidem*, nº 37, 12/08/1902, p. 1, col. 2.

⁵ *Ibidem*, nº 1, p. 1, col. 4.

⁶ *Ibidem*, nº 1, p. 2, col. 2.

No entanto, a elevada percentagem de analfabetos e o isolamento da localidade, onde se chegava por caminhos de montanha, com uma estrada prometida mas não conseguida ainda, contribuía decerto para que aí não tivessem criado raízes (até ao momento) as ideologias que, em outros meios, encontravam favorável acolhimento entre os operários fabris, fazendo-os sonhar com futuros mais fartos e risonhos. A sociedade loriguense permanecia tradicional. O pároco conservava o seu prestígio e grande parte da população parecia aceitar pacificamente o domínio e a protecção dos mais abonados. Contudo, bem perto, na Covilhã – visitada por muitos loriguenses, que mantinham com a cidade industrial relações de negócio e de trabalho – a agitação social manifestava-se já. Em 1899 existia ali uma associação de classe que influenciou o nascimento, em Gouveia, de uma instituição idêntica, fundada em 1902 ⁷. Nestes dois importantes centros da indústria têxtil verificaram-se greves no mesmo ano. A situação assumiu em Gouveia particular gravidade, pois a greve prolongou-se durante cerca de três meses ⁸.

António Mendes Lages: um católico militante

A circunstância de Loriga ser a terra natal de Mendes Lages, que ali passava algum tempo de férias e onde conservava amigos e parentes, foi certamente decisiva para o nascimento do jornal. O médico não era um desconhecido a nível nacional, quer no campo católico, quer no campo anticlerical. É geralmente considerado «pioneiro do movimento social católico em Portugal» ⁹ por ter fundado em Lisboa, no ano de 1878, a Associação Protectora dos Operários que teve como órgão o jornal *A Cruz do Operário* ¹⁰.

⁷ Maria Lúcia de Brito Moura, *Viver e Morrer em Gouveia nos Alvores do Século XX*, Viseu, 1996, p. 98.

⁸ *Ibidem*, pp. 125-129.

⁹ Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1980, p. 123. Mendes Lages é apresentado muitas vezes como jesuíta, o que não é correcto para esta época, visto que só deu entrada na Companhia de Jesus em 1908, depois da morte da esposa.

¹⁰ IDEM, e Alexandre Coutinho Castello, *O Doutor Mendes Lages 1838-1916*, Porto, Livraria «Apostolado da Imprensa», s. d., pp. 60-62. Segundo este autor, Mendes Lages esteve na origem do aparecimento de associações idênticas em Setúbal, Porto, Covilhã e Fundão. *Ibidem*, pp. 65-68.

Esta militância atrairia forçosamente sobre si as atenções do campo anticlerical. À semelhança do que acontecia em outros países onde o domínio da Igreja Católica mais se fazia sentir, a corrente do liberalismo livre-pensador, de matriz positivista, entendia que a modernidade só poderia conseguir-se através do incremento de todo um processo de secularização – e, mesmo, de laicização – da sociedade, que deixasse de considerar «a religião revelada como base constitutiva da vida social, da ordem e da moral»¹¹. Para esse sector da população, ainda minoritário, mas contando com indivíduos prestigiados nos meios operários urbanos, existia uma absoluta incompatibilidade entre progresso e religião. Como escreve Fernando Catroga, «pugnar pela emancipação intelectual, moral, política e social, em nome da liberdade de consciência e de pensamento, tornou-se, assim, pedra-de-toque que diferenciaria a luz do obscurantismo, o progresso da reacção, o dogmatismo do livre-pensamento»¹². Para os denominados livres-pensadores, a existência de um médico – pertencente a um grupo profissional geralmente imbuído de espírito positivo, longe de crenças sem suporte experimental – tão ostensivamente católico atingia os limites do escândalo. As prevenções dos anticlericais iriam acentuar-se. Em 1892 Mendes Lages era médico das Irmãs Hospitaleiras, no convento das Trinas, em Lisboa, onde ocorreram os factos que estiveram na base do caso da Irmã Coleta, a freira que, inadvertidamente – como asseguravam os defensores das congregações religiosas – ou intencionalmente, para encobrir um acto de violação – como pretendiam os seus adversários –, ao prestar assistência a uma educanda doente (Sara de Matos, cujo nome viria a tornar-se bandeira para os anticatólicos), trocara um medicamento, vindo a provocar-lhe a morte. O médico, que tomou a defesa da freira, viu-se igualmente envolvido, o que aumentou as antipatias que sobre si recaíam¹³.

Não obstante o interesse de Mendes Lages pela classe operária, evidenciado na actuação para o incremento do associacionismo, a ideia de um jornal para Loriga parece nada ter a ver com o peso numérico dos trabalhadores

¹¹ Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991, p. 363.

¹² IDEM, “O Livre-Pensamento Contra a Igreja – A evolução do anticlericalismo em Portugal (séculos XIX-XX)”, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, IHTI, 2001, p. 256.

¹³ Alexandre Coutinho Castello, *ob. cit.*, p. 81.

Sobre o “caso Sara de Matos” e o julgamento da Irmã Coleta, veja-se António de Araújo, *Jesuítas e Antijesuítas no Portugal Republicano*, Lisboa, Roma Editora, 2004, p. 108 e Rita Garnel, “Sara Pereira Pinto de Matos”, *Dicionário no Feminino*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 848-850.

fabris. No seu número 1, afirmava-se fundamentalmente uma preocupação pedagógica que corresponde a uma crítica ao modo como o governo central e os seus representantes locais cuidavam dos assuntos públicos. Pretendia-se que o povo abandonasse a indiferença e a inércia costumadas relativamente a essas questões e passasse a interessar-se activamente pela política, vigiando as instituições, clamando contra os abusos, fiscalizando o emprego dos dinheiros que a todos pertenciam. A vigilância popular exercer-se-ia sobretudo a nível do concelho, pugnando para que fosse «alevantado moral e materialmente». O programa do jornal, tendo em vista a conhecida divisa dos legitimistas «Deus, Pátria e Rei»¹⁴, parece mostrar as simpatias da sua direcção por essa corrente política que responsabilizava os governos saídos da revolução liberal pelos males que afligiam o país. Apegado aos valores tradicionais, que viam na Igreja Católica o grande esteio da estabilidade e da moral, o periódico defendia «a necessidade de auxiliar o clero na sua missão augusta, tornando-lhe temporalmente a vida menos espinhosa e mais desafogada, para, pela independência, moralizar os povos»¹⁵.

Se Mendes Lages contou de início com o magistrado de Santa Mariinha, essa situação alterou-se. José Inácio Delgado de Carvalho foi nomeado para exercer funções em Timor¹⁶. O médico tornou-se o redactor principal. A redacção e a administração transferiram-se para Lisboa.

Ação interventiva: em defesa da Igreja Católica

O ano em que o periódico iniciou a sua publicação (1901) viria a revelar-se marcante na luta que opunha o liberalismo anticlerical ao catolicismo conservador. Esse combate adquirira ultimamente novos contornos.

¹⁴ *Estrella d'Alva*, nº 1, 2/02/1901, p. 2, col. 1.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ Em Abril de 1902 o *Correio Nacional* anunciou a partida, para Timor, de Delgado de Carvalho. *Correio Nacional*, nº 2730, 11/04/1902, p. 2, col. 6. Em Outubro de 1902 o *Estrella d'Alva* transcreveu uma carta de Mendes Lages para o *Correio Nacional*, onde se diz que o magistrado, “um cidadão honrado, digno e inteligente”, fora expatriado para Timor “por ódio e espírito de perseguição”. A correspondência integrava uma outra carta enviada de Timor por José Inácio de Carvalho, com comentários acerca desse território. *Estrella d'Alva*, nº 41, 31/10/1902, p. 3, col. 1. José Inácio de Carvalho é referido numa carta de um livre-pensador, dirigida a Afonso Costa, deputado republicano, em 1906, com acusações contra o governador de Timor. Refere-se-lhe nestes termos: “esse Juiz, sendo jesuíta, se uniu a mim que sou livre-pensador só para desmascarmos o vilão Governador...” A. H. de Oliveira Marques, *Correspondência Política de Afonso Costa 1890-1910*, Lisboa, Editorial Estampa, 1982, p. 231.

Perante o avanço do socialismo e do republicanismo livre-pensador, as guerras dos legitimistas contra os constitucionais, que dividiam o campo católico, perdiam todo o sentido. Assim, ia-se afirmando a corrente seguidora de Leão XIII que, através da carta apostólica enviada aos bispos franceses *Au milieu des sollicitudes*, em 1892, preconizava uma política de *ralliement*, fazendo ver o carácter secundário das opções políticas perante os interesses da religião. O Papa afirmava que os católicos deviam colaborar com qualquer governo, desde que essa colaboração não fosse contrária aos ditames da consciência. Aconselhava-se o abandono da oposição aos regimes liberais. Interessava, sim, defender a causa da Igreja Católica. Alguns anos atrás, em 1879, o pontífice encetara uma luta contra o avanço do positivismo, cujos defensores se mostravam intransigentes na afirmação do carácter inconciliável entre a ciência e qualquer crença nas religiões reveladas. Através da encíclica *Aeterni Patris* o papa exortava os bispos a que regressassem à doutrina de S. Tomás de Aquino, defendendo que, pelo neotomismo, se concluiria não haver contradição entre fé e razão (embora afirmando a superioridade daquela sobre esta), entre as verdades do cristianismo e os avanços das ciências modernas¹⁷. Em 1891, a questão social estava no centro das preocupações de Leão XIII que, na *Rerum Novarum*, se debruçou sobre as condições dramáticas em que viviam os trabalhadores atingidos pela Revolução Industrial. Recusando o socialismo e o liberalismo individualista, preconizava «um ideal de Estado interventor, corrector», actuando como «mão operativa da moral cristã», facilitando o «reencontro entre o capital e o trabalho»¹⁸.

Os documentos papais convidavam os católicos a uma acção mais interventiva sobre a sociedade. Nesse sentido, a constituição do Centro Católico Parlamentar, cuja existência foi anunciada na sessão de 27 de Novembro de 1894 da Câmara dos Pares pelo bispo-conde de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina¹⁹, constituíra uma experiência de organização dos católicos

¹⁷ Sobre as repercussões da encíclica em Portugal veja-se Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, pp. 498 e ss.; Amaro Carvalho da Silva, “Martins Capela e a Igreja Católica na transição entre a Monarquia Constitucional e a República”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo XVI, 2004, pp. 111-146; Nuno Estêvão, “A restauração do tomismo em Portugal no século XIX: as Instituições Christãs e a Academia de S. Tomás de Aquino em Coimbra (1880-1893)”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo XVI, 2004, pp. 43-86.

¹⁸ José Miguel Sardica, “A Recepção da Doutrina Social de Leão XIII em Portugal”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, Tomo XVI, 2004, pp. 372-373.

¹⁹ D. Manuel Correia de Bastos Pina era considerado (e, por isso, censurado nos

que procuravam formas de interferência na sociedade portuguesa. Não pretendia ser um partido católico, por se entender não haver razão para tal, num país em que a “totalidade” dos habitantes era católica²⁰. Um tal partido envolveria o perigo de «quebrar a unidade da fé»²¹. Rejeitando a associação partidária, o novo movimento tentava opor-se ao avanço do enciclopedismo e do positivismo que combatiam a influência da Igreja Católica na sociedade²². Defendia-se antes uma convergência de católicos, quer fossem progressistas, quer fossem regeneradores que, no Parlamento, actuassem como um bloco quando se tratasse de defender os direitos da Igreja. O movimento, onde pontificavam Quirino de Jesus, Casal Ribeiro, Jacinto Cândido, Henrique de Barros, e que contava com o apoio do episcopado, tinha um jornal, *Correio Nacional*, dirigido pelo advogado Quirino Avelino de Jesus, que viria a abandonar esse cargo – e o próprio movimento – em 1897. Se os liberais se alarmaram com um projecto que poderia conduzir ao aparecimento de um partido católico, no lado contrário muitos legitimistas advertiam para a divisão que provocaria no campo conservador. Compreende-se, deste modo, o confronto entre o diário legitimista *A Nação*, por um lado, e o *Correio Nacional* e *A Palavra* – diário católico constitucionalista que se publicava no Porto – por outro.

Apesar das declarações de não partidarização do movimento, entre os católicos erguiam-se vozes, defendendo que, em período eleitoral, se devia avançar com candidaturas autónomas. Assim, para as eleições de 17 de Novembro de 1895, em alguns círculos nortenhos foram apresentados candidatos pelo Centro Católico. A tentativa não teve qualquer êxito, mas demonstra que uma forte corrente de opinião desejava verdadeiramente a constituição de um partido²³. Quirino de Jesus não pertencia a esse número e, nas mesmas eleições, foi eleito deputado independente por Braga, integrado na lista do Partido Regenerador²⁴.

sectores mais intransigentes do catolicismo) apoiante do regime que saíra vitorioso em 1834. A sua diocese tornou-se, nos finais do século XIX, o centro do neotomismo em Portugal. Veja-se Nuno Estêvão, art. cit.

²⁰ M. Abúndio da Silva, *Cartas a um Abade – sobre alguns aspectos da Questão-Político-Religiosa em Portugal*, Braga, Cruz & C^a., Livrinhos Editores, 1913, p. 85.

²¹ *Ibidem*.

²² Ernesto Castro Leal, “Quirino Avelino de Jesus, um católico «pragmático»: notas para o estudo crítico da relação existente entre publicismo e política (1894-1926)”, *Lusitania Sacra*, 2^a série, tomo VI, 1994, p. 362. Sobre este movimento veja-se também Vítor Neto, *ob. cit.*, pp. 418 e ss.

²³ Manuel Braga da Cruz, *ob. cit.*, p. 116.

²⁴ Ernesto Castro Leal, art. cit., p. 362.

A experiência do Centro Católico Parlamentar teve curta duração. Mas a ideia não morreu e, no início do século XX, a mobilização católica sentir-se-á de novo, activada pelo caso Calmon²⁵ que esteve na origem de manifestações, revestindo em alguns casos extrema violência, de ataques a jornais católicos, a casas de congregações religiosas e, mesmo, de militantes católicos²⁶. A agitação anticlerical visava as congregações religiosas que, à revelia das leis de 1834, se tinham fixado em Portugal nas últimas décadas, numa situação de semiclandestinidade. Os manifestantes exigiam que fosse aplicada a legislação de Pombal e Joaquim António de Aguiar. Todavia, do lado contrário, empreendiam-se campanhas de recolha de assinaturas tendo em vista uma representação a enviar ao Governo, a favor das congregações. Atendendo às pressões do sector anticlerical, o Governo, presidido pelo regenerador Hintze Ribeiro, começou por ordenar o encerramento de diversos estabelecimentos religiosos. Contudo, através do decreto de 18 de Abril de 1901, pretendeu regularizar a existência de congregações que se encontravam em Portugal, com conhecimento da maioria da população, mas arrastando uma existência ilegal. As associações religiosas poderiam ser legalizadas desde que apresentassem os seus estatutos, para aprovação, no prazo de seis meses. Permitia-se a existência das que se dedicassem à educação, beneficência e propaganda da fé nas colónias. Mas eram interditos os votos religiosos, o noviciado e a clausura. Mesmo tendo em conta estas limitações, há que notar, como diz Vítor Neto, que, pela primeira vez durante a vigência do regime constitucional, se tentava compatibilizar os institutos religiosos com o liberalismo²⁷. Sendo assim, não espanta que a lei tivesse provocado enorme descontentamento nas hostes anticlericais. Também não agradou a muitos católicos, que acusavam o Governo de pôr entraves a associações que, na sua óptica, prestavam consideráveis serviços à sociedade portuguesa.

É no rescaldo de toda essa agitação que volta a fazer-se sentir a necessidade de organização das forças católicas. Quirino de Jesus, que não aceitara a atitude de Hintze Ribeiro ordenando o encerramento de algumas casas religiosas, regressou à direcção do *Correio Nacional*²⁸. Em Abril de

²⁵ Em 1901 Rosa Calmon, filha do cônsul brasileiro no Porto, tentou ingressar numa congregação religiosa, contrariando a vontade do pai. Sobre este episódio veja-se Rita Garnel, “Rosa Maria Calmon da Gama”, *Dicionário no Feminino*, cit., pp. 838-842.

²⁶ Vítor Neto, *ob. cit.*, pp. 343 e ss.

²⁷ *Ibidem*, p. 353.

²⁸ Ernesto Castro Leal, art. cit., pp. 364-365.

1901 o jornal lançou um apelo aos «conservadores, católicos, ordeiros e amigos das liberdades públicas e das franquias populares», a todos os que desejassem que o Estado e a Igreja vivessem em harmonia e que a administração pública se ocupasse «com diligência e justiça» das questões morais e económicas que interessavam «às classes, às localidades, às circunscrições, à metrópole e às colónias»²⁹. Pretendia-se promover a união das forças conservadoras em todo o país, organizadas regionalmente, por distritos, concelhos e freguesias em centros nacionais³⁰. Embora não se tratasse de um novo partido, muitos dos seus militantes acarinham desde o início esse sonho. Os exemplos da Alemanha – onde o Partido do Centro Católico Alemão (o *Zentrum*), fundado em 1870, constituía uma importante força política – e da Bélgica – com os católicos no poder desde os anos oitenta – estavam presentes, sendo evocados frequentemente.

Segundo os seus dinamizadores, os centros nacionais procurariam resolver a questão religiosa e, concomitantemente, todos os problemas que preocupavam os portugueses: questão social, questão colonial e questão agrícola, onde avultava o estado de crise da vinicultura. O interesse que o novo movimento revelará relativamente à agricultura compreende-se, tendo em conta que os principais dirigentes eram grandes proprietários agrícolas³¹ – Gonçalo Xavier de Almeida Garrett, Pinto Coelho, conde de Samodães, Jacinto Cândido, conde de Bertandos. Este último era presidente da Real Associação de Agricultura. A circular para a fundação do Centro Nacional³², publicada em 1 de Agosto de 1901, considerava ser a agricultura «um dos maiores fundamentos da ordem social e a base da economia portuguesa». Porque muitas das soluções para os seus problemas se ligavam aos «mais altos interesses da pátria», o Centro Nacional prometia aplicar aos assuntos agrícolas “atenções profundas e solícitas”. Assim sendo, não espanta que, no *Correio Nacional*, se afirmasse que o centro nacional viera traduzir a «justa aspiração dos lavradores a um “partido agrícola”»³³. Esta preocupação com a agricultura corresponde, aliás, ao sonho de um regresso (ou preservação, relativamente à maioria) ao modo de vida rural, pré-capitalista, longe da sociedade urbana com concentrações de operários desenraizados, miseráveis e perigosos na sua sede de

²⁹ Manuel Braga da Cruz, *ob. cit.*, p. 223.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ *Ibidem*, p. 225.

³² “Circular para a fundação do Centro Nacional”, in *ibidem*, pp. 408 e ss.

³³ *Ibidem*, p. 225.

revolta, esquecidos das virtudes antigas, escarnecendo de Deus e dos seus ministros. Era preciso preservar esse mundo campesino, visto idealmente como respeitador, ordeiro e crente.

O *Estrella d'Alva* e a “Vida Nova”

Voltando ao jornal loriguense *Estrella d'Alva*, que se tornaria num dos propagandistas do movimento – e do partido desejado por muitos – compreende-se que, no seu primeiro número, não trouxesse ainda qualquer referência a toda esta dinâmica que envolveu o aparecimento dos centros nacionais, pois saiu um pouco antes, a 2 de Fevereiro, no mês em que o caso Calmon iria desencadear a enorme vaga anticlerical. Pretendia ser a voz de um grupo que, independente de qualquer política rotatória governamental, abrisse uma brecha na política rotineira do concelho, atacando o partido regenerador que governava a Câmara Municipal. Nesse sentido, aproximou-se de um dos “partidos velhos” – o progressista – embora afirmando não se confundir com ele. Devido à falta dos números seguintes, não foi possível saber durante quanto tempo manteve o jornal as prometidas disposições de “independência”. Possivelmente acompanhou os primórdios do movimento que conduziria à formação do Centro Nacional. Em Janeiro de 1902 Mendes Lages fazia parte da nova comissão administrativa do *Correio Nacional*, juntamente com o Dr. José Pulido Garcia e D. Francisco Lindoso, escolhida, presumivelmente, para tentar regularizar a situação financeira do periódico ³⁴. Em Abril desse ano, Mendes Lages foi agregado à Comissão organizadora do Centro Nacional ³⁵. Tendo em conta o envolvimento do médico nas actividades da nova agremiação, compreende-se que, em 31 de Maio de 1902 – data em que é possível retomar a leitura do *Estrella d'Alva* – o periódico esteja plenamente comprometido com os ideais nacionalistas. Aí se advoga uma “vida nova”, apresentando como “vigilante e atento” o “partido nacionalista” que trazia para a política nacional «o princípio vivo da moralidade e da justiça» ³⁶.

Neste desejo de “vida nova” retoma-se a ânsia de regeneração afirmada na década anterior por Oliveira Martins, então responsável pela pasta da Fazenda, como resposta à crise por que passava o país. As suas

³⁴ *Correio Nacional*, nº 2668, 24/01/1902, p. 1.

³⁵ *Ibidem*, nº 2725, 5/04/1902, p. 1, col. 5.

³⁶ *Estrella d'Alva*, Ano II, nº 32, 31/05/1902, p. 1, col. 1-2.

ideias conquistaram Jacinto Cândido ³⁷, que se tornaria na figura cimeira do nacionalismo católico, e que, igualmente, reclamaria uma profunda mudança na vida política nacional. A imprensa nacionalista passou a usar a expressão “vida nova” para marcar o desejo de ruptura com o processo político em curso ³⁸. Em diversos números do *Estrella d’Alva*, cujo redactor se mostrava concordante com o pensamento de Jacinto Cândido, seria ventilado o desejo de “vida nova”, contrapondo-a à “vida velha” dos partidos rotativos, que pareciam inaptos para enveredar por uma via conducente à regeneração nacional. Como estes eram incapazes de “vida nova” ou estavam mesmo interessados na “vida velha”, só outro partido – o partido nacionalista – poderia salvar o país. Aqui, sim, encontravam-se os «homens de bem», os «homens superiores e de excepcionais dotes de alma», cheios de abnegação, sem desejo de honrarias, conduzidos só pelo «amor de Deus» ³⁹. Embora garantindo que o *Estrella d’Alva* não era órgão do “partido nacionalista”, prometia ser um dos mais dedicados defensores das suas ideias ⁴⁰. A velha questão dinástica que dividia os católicos era ainda referida, mas para se asseverar que «Tanto uns como outros souberam pôr no segundo plano essa melindrosa questão, para simplesmente verem Religião e Pátria» ⁴¹. *Religião e Pátria* era o lema apontado na circular que visou a fundação do Centro Nacional e garantido por Jacinto Cândido em diversas intervenções públicas ⁴².

A figura do rei tornava-se secundária. O movimento, seguindo as orientações de Leão XIII, anunciava-se indiferente à forma de governo. Como escreveu M. Abúndio da Silva, a nova organização «deixou de fora toda a questão de *forma de governo* e tratou apenas da *forma de governar* sob

³⁷ Veja-se Vítor Neto, “O nacionalismo católico em Jacinto Cândido”, *Revista de História das Ideias*, vol. 22, Instituto de História e Teoria das Ideias, Universidade de Coimbra, 2001, p. 396 e Nuno Olaio, “Jacinto Cândido da Silva (1857-1926): o nacionalismo católico através das memórias de um dos seus fundadores”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo XVI, 2004.

³⁸ “Vida Nova” é o artigo de fundo de *A Folha*, de Viseu, Ano XIII, nº 1362, 11/05/1902. No *Jornal de Santo Tirso* clamava-se em 2/10/1902: “Precisamos de vida nova”. Nuno Olaio, “O Nacionalismo Católico em Santo Tirso (1901-1910)”, *Santo Tirso Arqueológico*, 2ª série, 2-3, 2000, p. 103.

³⁹ *Estrella d’Alva*, Ano II, nº 39, 22/09/1902, p. 1, col. 2.

⁴⁰ *Ibidem*, nº 34, 30/06/1902, p. 1, col. 1.

⁴¹ *Ibidem*, nº 39, 22/09/1902, p. 2, col. 1.

⁴² Por exemplo, numa reunião em Vila do Conde, onde se deslocou para instalação do centro concelhio. *Ibidem*, nº 39, 22/09/1902, p. 2, col. 2.

qualquer regime»⁴³. No *Estrella d'Alva*, Paulo d'Aquino de Loyola (possivelmente um pseudónimo), seguia as instruções pontifícias, sustentando que as formas políticas do Estado, na situação presente, eram de importância secundária. Interessava estabelecer «o Estado crente e cristão sobre as ruínas das seitas» (onde avultava a Maçonaria), animadas pela indiferença dos católicos para com os trabalhos eleitorais. O zelo político desses crentes seria o «único meio pacífico e eficaz, ao alcance de todos, para se restabelecer a salutar influência do cristianismo no Estado político», evitando-se as guerras civis e «aquele terrível e derradeiro desastre do liberalismo, o triunfo da anarquia socialista e comuneira»⁴⁴.

A questão dinástica não viria a ser a grande fonte de divisão. No início, nos Centros Nacionais coexistiam duas tendências: os que desejavam um movimento extra-partidário, aglutinando os conservadores em luta pela moralização da vida nacional, e os que entendiam que essa luta deveria desenvolver-se numa associação política, de carácter partidário. É que, muito antes de se constituir como partido, já numerosos militantes o consideravam desse modo. Em Janeiro de 1902, Jacinto Cândido, num discurso pronunciado na Câmara dos Pares, referiu-se ao novo partido⁴⁵. Mendes Lages ia na mesma linha e, por conseguinte, o *Estrella d'Alva* aludia ao “partido nacionalista” muito antes de se ter decidido a sua formalização, o que aconteceria somente depois do congresso dos centros locais e regionais, em Abril de 1903, no meio de muitas lutas internas.

Na rubrica «Ecos do Partido Nacionalista» o periódico de Loriga ia acompanhando com evidente entusiasmo a constituição dos diversos centros regionais do agrupamento. No seu número de 22 de Julho de 1902 apresentou os 255 Centros Nacionais existentes no país. Os distritos do norte, sobretudo Braga, Porto, Bragança e Viseu, distinguiam-se pela sua organização, dispondo de um maior número. O distrito da Guarda tinha somente dois centros: Loriga, no concelho de Seia, e Infias, no concelho de Fornos de Algodres⁴⁶.

Paralelamente ao entusiasmo de Mendes Lages, sente-se a sua impaciência ante as recusas de conhecidos católicos a integrar o movimento, as indecisões dos dirigentes, a lentidão com que caminhava uma associação na qual havia colocado tantas esperanças. No jornal defendia-se que os

⁴³ M. Abúndio da Silva, *ob. cit.*, p. 122.

⁴⁴ *Estrella d'Alva*, nº 37, 12/08/1902, p. 1, col. 2-3.

⁴⁵ *Correio Nacional*, nº 2673, 30/01/1902, p. 1, col. 1.

⁴⁶ *Estrella d'Alva*, nº 35, 22/07/1902, p. 3.

católicos e bons portugueses deviam romper com os seus grupos partidários, para apoiarem o partido nacional que, na sua óptica, teria características diferentes dos demais, pois que os seus dirigentes não eram movidos por ambições terrenas; movia-os tão-só o amor de Deus ⁴⁷. Na citada reunião de Vila do Conde, o Padre Manuel Abreu, que pertencia à comissão do Porto, sustentava que «não era lícito prestar o mínimo apoio aos perseguidores da religião», dominantes nos outros agrupamentos. Na mesma ocasião, mostrando um optimismo que talvez não sentisse, mas destinado provavelmente a tentar convencer os hesitantes, Jacinto Cândido garantia que os católicos e bons portugueses estavam rompendo com os partidos ⁴⁸.

Mas a realidade não correspondia a essas declarações. E, assim, no *Estrella d'Alva* fazia-se a distinção entre os “nacionalistas puros”, dispostos a abandonar as anteriores formações partidárias, e os “nacionalistas mistos”, que não se dispunham a dar esse passo, encontrando-se fatalmente entre duas chefias e, relativamente aos rotativos, na situação de suplicantes ⁴⁹. Aliás, aos olhos de Mendes Lages – de acordo com uma carta sua inserida no *Correio Nacional* e transcrita no jornal loriguense –, a existência de vários partidos era um mal: «A pátria não deve dilacerar-se com partidos, mas toda ela deve ser um partido no meio do qual se escolham com critério quantos possam colaborar utilmente no caminho da boa economia, da boa justiça e do progresso» ⁵⁰.

Esta opinião não estava de modo algum deslocada dentro dos adeptos nacionalistas. Seguia na senda de Jacinto Cândido, defensor de governos nacionais e não personalistas e partidaristas ⁵¹. Contudo, mesmo tendo em conta tais declarações, convém lembrar que o percurso de Mendes Lages, vindo das fileiras do legitimismo, embora não sendo isolado, não é exemplar dentro do movimento nacionalista. O conde de Bertandos, Quirino de Jesus, Jacinto Cândido, tinham desempenhado funções políticas dentro do rotativismo.

⁴⁷ *Ibidem*, nº 39, 22/09/1902, p. 1, col. 2.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 2, col. 2.

⁴⁹ *Ibidem*, nº 41, 31/10/1902, p. 1, col. 2. Mendes Lages posicionava-se na mesma linha de D. Manuel de Albuquerque, prior da Colegiada de Guimarães e um dos dirigentes do Partido Nacionalista, que distinguia os “centralistas puros” dos “centralistas condicionais”, filiados em partidos políticos. Amaro Carvalho da Silva, *O Partido Nacionalista no Contexto do Nacionalismo Católico. Subsídios para a História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, Ed. Colibri, p. 54.

⁵⁰ *Estrella d'Alva*, nº 41, p. 3, col. 1.

⁵¹ Jacinto Cândido, *A Doutrina Nacionalista*, Póvoa de Varzim, Livraria Povoense – Editora, 1909, p. 87.

Confinando-nos somente ao periódico que analisamos, não pode deixar de se anotar a contradição entre a campanha – inerente à formação de um partido – pela conquista dos votos dos eleitores católicos e a declarada antipatia pelo pluripartidarismo. É que o facto de parecer aceitar o jogo democrático, envolvendo eleições, não significa um *ralliement*, uma aceitação do liberalismo político. No *Estrella d'Alva* criticava-se abertamente o regime que vigorava desde 1834, data em que se estabelecera um sistema administrativo “criminoso” e “prejudicial” aos interesses morais e materiais da Nação⁵². Porém, como a situação parecia irreversível, não valia a pena – como recomendara Leão XIII –, ficar à espera de um regresso ao passado, cada vez mais improvável. Convinha combater no terreno dos liberais. Se os católicos constituíam a maioria da população, tornava-se necessário levá-los às urnas, convencendo-os a votar em representantes católicos que, no Parlamento, lutassem pelo regresso a uma sociedade guiada pelos princípios do catolicismo, onde o poder do espírito se sobrepujasse ao poder da matéria. Pretendia-se levar a peleja ao interior das instituições, abandonando uma oposição impotente, porque ausente dos combates políticos e sociais⁵³.

Na perspectiva dos católicos nostálgicos do passado, Portugal estava a ser governado pela maçonaria e os filhos da Igreja encontravam-se excluídos das instituições governamentais⁵⁴. Para a recristianização da sociedade portuguesa, única via que conduziria à sua regeneração, era essencial que os católicos fossem às urnas, votando no partido que oferecia essas garantias – o partido nacionalista.

Bons padres e maus padres

Ao clero era atribuído um papel primordial na organização dos centros nacionais. Mas a direcção do jornal não confiava em todos os padres, chegando mesmo a colocar o mau clero ao mesmo nível da maçonaria na responsabilização pelos males da sociedade portuguesa. «Portugal é uma

⁵² *Estrella d'Alva*, nº 36, 31/07/1902, p. 1, col. 1.

⁵³ Marie-Christine Volovitch, *Le Mouvement Catholique au Portugal à la fin de la Monarchie Constitutionnelle (1891-1913). Des Dernières Années de la Monarchie à l'implantation de la République* – thèse présentée en vue de l'obtention du Doctorat de 3^{ème} cycle à l'Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III), p. 162.

⁵⁴ *Estrella d'Alva*, nº 32, 31/05/1902, p. 1, col. 4.

mísera vítima da intriga maçónica e da intriga clerical», escrevia-se⁵⁵. Quanto ao critério para distinguir o bom e o mau clero, o redactor do jornal não estaria certamente de acordo com os liberais – apodados de «iconoclastas da civilização» –, que cindiam os membros do clero em «padres romanos e padres portugueses»⁵⁶. Para os liberais, os primeiros seriam os “padres do Papa”, frequentemente acusados de não amarem a sua pátria, colocando os interesses de uma entidade estrangeira acima dos interesses nacionais. O *Estrella d’Alva* mostrava-se extremamente crítico para com os tais “padres portugueses” – «como tantos que conhecemos por desgraça nossa» –, encarados com benevolência pela corrente liberal. Chamava-lhes «degenerados, selvagens brancos, protestantes, devassos, amancebados, bêbados, sordidamente avaros». Não eram «padres segundo Cristo»⁵⁷. Aliás, nesta questão de ser romano, contraposto a ser português, alardeava mesmo orgulho no termo “papista”, lançado insistentemente como epíteto aviltante sobre os católicos pelos anticlericais. Defendia-se que todo o “verdadeiro católico” teria de ser *Papista* e todo o *Papista* teria de ser «paladino do Sillabus, que bem se pode considerar como a divisa sagrada das Cruzadas dos séculos XIX e XX»⁵⁸.

Transcrevendo da *Cruzada a favor da Boa Imprensa* (livro publicado recentemente, da autoria do jesuíta Fernandes Santana), apelidava o padre liberal de «padre judas, berrador assoldado com a turba jacobina, interesseiro, sensual, escandaloso e sobretudo inimigo feroz da vida religiosa [...] mercenário, subserviente do Deus-Estado, galopim eleitoral»⁵⁹. Extremamente duro para com esses padres, apontava-os como «escorpiões de nova espécie», que «melhor fora haverem sido empolgados pela hora da morte logo ao nascer [...] verdadeiras figuras daquele discípulo que vendeu o Mestre por trinta dinheiros», auxiliando o poder civil na sua “obra execrável”. Cheios de ambições mundanas, urdiam intrigas e forjavam calúnias, «afastados de Jesus Cristo e do seu Evangelho de humildade e de caridade»⁶⁰. Comparava-se este clero com o clero francês, merecedor de

⁵⁵ *Ibidem*, nº 42, 27/11/1902, p. 2, col. 4. Em relação à Maçonaria, Mendes Lages distinguia a instituição em si dos seus elementos. Numa conferência proferida no Porto, em que acusou os maçons, declarou saber que “também os há de boa fé”. *Ibidem*, nº 43, 29/12/1902, p. 2, col. 2.

⁵⁶ *Ibidem*, nº 40, 9/10/1902, p. 3, col. 2.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 3, col. 2.

⁵⁸ *Ibidem*, nº 33, 18/06/1902, p. 2, col. 3.

⁵⁹ *Ibidem*, nº 36, 31/07/1902, p. 4, col. 3.

⁶⁰ *Ibidem*, nº 42, 27/11/1902, p. 1, col. 1.

simpatia (o clero francês “sabe ser clero” – afirmava-se a dado passo ⁶¹). A existência do mau clero era atribuída ao regime concordatário em vigor: «Com um mau clero preparam-se maus governos; mas com maus governos também se forma mau clero neste regime concordatário, em que vamos caminhando para o inferno e para a ruína da nação» ⁶².

Para estes católicos, a interferência dos governos liberais na vida religiosa, numa reactualização da política regalista que vinha do século XVIII ⁶³, estava na origem dos males que afectavam a instituição eclesiástica, sem liberdade para proceder à necessária moralização interna. O poder político aproveitava-se da Igreja, usando mesmo as cerimónias religiosas como lhe convinha. Mas «os Ministros e Fardalhões» não manifestavam qualquer respeito pelas crenças, comportando-se no templo de forma indecorosa ⁶⁴.

Para o articulista, padres bons eram os que obedeciam ao Papa, eram esses padres romanos que indicavam o «ideal nacionalista, que nos emancipa de ladrões, reabilitando-nos perante o mundo» ⁶⁵. Neste sector estavam os padres do norte do país, onde o movimento havia sido acolhido com especial entusiasmo, graças ao impulso dado pelo clero ⁶⁶. Os «mais puros apóstolos» eram esses “bons padres”, bem como as ordens religiosas ⁶⁷, perseguidas pelos governos liberais

A educação política dos católicos

De pouco serviria o Centro Nacional, se os católicos não escolhessem os seus candidatos ou, simplesmente, se abstivessem de votar. Considerava-se inadiável convencer os eleitores a irem às urnas, para votarem no candidato escolhido pela Igreja. Nesta conformidade, assumia enorme relevância a educação, na sua vertente cívica. Entendia-se que a instrução elementar política devia ser obrigatória para adultos e jovens, por determinação do

⁶¹ *Ibidem*, nº 39, 22/09/1902, p. 3, col. 3. Em outro ponto, elogia-se o clero francês, contrapondo-o ao português: “um Clero, como eu queria que o nosso fosse”. *Ibidem*, nº 37, 12/08/1902, p. 3, col. 3.

⁶² *Ibidem*, nº 39, p. 3, col. 3.

⁶³ Sobre a prática regalista, veja-se Vítor Neto, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal...*, cit., pp. 45 e ss.

⁶⁴ *Ibidem*, nº 33, 18/06/1902, p. 3, col. 3.

⁶⁵ *Ibidem*, nº 40, 9/10/1902, p. 3, col. 2.

⁶⁶ *Ibidem*, nº 39, 22/09/1902, p. 1, col. 1.

⁶⁷ *Ibidem*, nº 42, 27/11/1902, p. 1, col. 3.

bispo, cabendo ao clero tal responsabilidade ⁶⁸. Num texto sobre Nacionalismo, pedia-se aos bispos portugueses que obrigassem o clero, especialmente os párocos, a ensinar aos fiéis a doutrina cristã, não só no referente aos deveres religiosos e domésticos, mas também quanto aos deveres cívicos e direitos políticos ⁶⁹. Em outro número afirmava-se a urgência em acordar a sociedade portuguesa, desinteressada da política. Na perspectiva do redactor, esse distanciamento é que tornara possível a vitória da maçonaria, que dominava nos partidos do rotativismo, pois que «é nas eleições políticas que está o *trapo* do *novelo* maçónico» ⁷⁰. O esclarecimento dos eleitores estava articulado com a protecção que devia ser concedida aos votantes das classes pobres. Os trabalhadores dos campos, os operários, os artistas, os burgueses humildes, os pequenos empregados públicos, os serviços..., constituíam a multidão dos *borregos* eleitorais, «*arrebanhados* pelos *maiorais* da politiquice», ameaçados pelos “régulos políticos” com toda a casta de males: prisão arbitrária, multas ilegais e vingativas, processo correcional, suspensão de vencimento ou de pagamento, aumento de renda, despedida do emprego... ⁷¹. Só com a instrução e a defesa dos eleitores era possível realizar a tarefa que se impunha para expulsar os intrusos da maçonaria e restabelecer «a salutar influência do cristianismo no Estado político» ⁷².

O catolicismo social de um antiliberal

A valorização do político pode parecer em contradição com os ensinamentos de Leão XIII que, como já foi salientado, teve uma actuação conciliadora relativamente ao mundo moderno, deixando de apontar o liberalismo como o grande inimigo. O pontífice tinha consciência que o grande adversário era agora a doutrina socialista que ameaçava subverter a ordem social, conduzindo as massas trabalhadoras à revolta. Para combater o socialismo, era forçoso ir aos trabalhadores, não para pregar a revolução, mas para os organizar dentro dos princípios cristãos. Pois que, a seu ver, os males que afligiam a sociedade deviam-se ao abandono da moral cristã.

⁶⁸ *Ibidem*, nº 43, 29/12/1902, p. 3, col. 1.

⁶⁹ *Ibidem*, nº 38, 29/09/1902, p. 2, col. 3.

⁷⁰ *Ibidem*, nº 37, 12/08/1902, p. 1, col. 2.

⁷¹ *Ibidem*, nº 43, 29/12/1902, p. 3, col. 2.

⁷² *Ibidem*, nº 37, 12/08/1902, p. 1, col. 3.

Mendes Lages, como velho militante da acção social católica, preocupado com a situação dos operários, teria de entender a mensagem do chefe da Igreja Católica. O que não significa que tivesse abandonado por completo a sua posição antiliberal, pois, conforme se escrevia no seu jornal, o liberalismo constituía o “desastre” de onde havia derivado a «anarquia socialista»⁷³. Nada há de dissonante entre essa posição e a sua acção a favor dos trabalhadores. Muitos autores têm sublinhado a conexão directa entre o catolicismo intransigente, antiliberal e contra-revolucionário e o catolicismo social. Essa ligação é reconhecida em outros países, nomeadamente na França, de onde, tradicionalmente, se importavam os modelos⁷⁴. O responsável pelo *Estrella d’Alva*, no presente estado de coisas, entendia que o combate à subversão social teria de passar pelo envolvimento político. Compreende-se, assim, o seu empenho no partido nacionalista que apontava como um dos objectivos a resolução da questão social.

Conquanto o grande inimigo apontado por Leão XIII seja o socialismo, o jornal tem uma posição ambígua quanto a essa doutrina, talvez fruto da indefinição e divisão no seio do movimento socialista em Portugal. Por um lado afirma-se contra todas as formas de subversão social, declarando, logo no seu primeiro número, que a revolução não entra nos planos e aspirações políticas de «homens de ordem»⁷⁵. Em outro número mostra o perigo crescente do socialismo em Portugal – “filho adoptivo” da maçonaria⁷⁶ ou «onda temerosa que só a Rocha de Pedro poderá quebrar»⁷⁷. Inseriu um comentário sobre um opúsculo da autoria de Gomes dos Santos⁷⁸ que, no entender do seu autor, mostrava claramente o que era a «utopia socialista» – «o maior flagelo doutrinário, que podia vir ao mundo alucinar as classes operárias» – que somente podia ser recebida por «espíritos fracos, irritados pela fome, desmoralizados»⁷⁹. Contudo, esta

⁷³ *Ibidem*, nº 37, 12/08/1902, p. 1, col. 3.

⁷⁴ Veja-se João Francisco de Almeida Policarpo, *O Pensamento Social do Grupo Católico de «A Palavra» (1872-1913)*, Vol. I, Centro de História da Universidade de Coimbra, pp. 32 e ss.

⁷⁵ *Estrella d’Alva*, nº 1, 2/02/1901, p. 3, col. 1.

⁷⁶ *Ibidem*, nº 42, 27/11/1902, p. 2, col. 1.

⁷⁷ *Ibidem*, nº 42, 27/11/1902, p. 4, col. 2.

⁷⁸ Gomes dos Santos era um jornalista, convertido ao catolicismo, que dirigiu a colecção *Ciência e Religião*, publicada na Póvoa de Varzim. Sobre alguns dos seus escritos veja-se Manuel Clemente, “A vitalidade religiosa do catolicismo português: do Liberalismo à República”, *História Religiosa de Portugal*, Círculo de Leitores, 2002, vol. 3, pp. 94 e ss.

⁷⁹ *Estrella d’Alva*, nº 43, 29/12/1902, p. 4, col. 4.

posição negativa não significa uma absoluta incompreensão para com as aspirações dos trabalhadores: «Quer isto dizer que nos socialistas não haja razões de queixa? Não por certo»⁸⁰.

A propósito de um artigo publicado no jornal *O Rebate*, da Covilhã, o redactor manifestou para com eles uma certa benevolência, conquanto tenha afirmado que «os doutrinários socialistas transpõem muito a meta do razoável, comprometendo gravemente a sua causa» que, se fosse bem encaminhada, poderia «ter do seu lado as inteligências mais nobres e os corações mais dedicados»⁸¹. Revelava a sua simpatia pelo autor do artigo, Costa Goodolfim, de quem se dizia amigo, e que, segundo a sua opinião, não fazia guerra ao capital, reconhecendo-o como uma força. Expressou o seu acordo para com este dinamizador do associacionismo operário, opo- sitor ao princípio de que, na vida económica, o capital constitui a «força única e preponderante»⁸².

Como já foi dito, os impulsionadores dos centros nacionais sentiam- -se encorajados com o sucesso alcançado pelo Centro Católico alemão e pelo Partido Católico da Bélgica. Este país, onde os católicos se manti- nham no poder desde 1884, constituía o exemplo de um governo «inspi- rado na ideia católica»⁸³. Os seus êxitos no campo económico eram realçados pela imprensa afecta ao partido nacionalista⁸⁴, na intenção de demonstrar que tal se devia à honestidade dos católicos. No *Estrella d'Alva* sustentava-se que os governos belgas presididos pelos liberais haviam deixado as finanças públicas com um enorme défice. No momento presente, o país dispunha de «um saldo enormíssimo, nadando em prosperidades»⁸⁵. Numa conferência proferida por Mendes Lages no Centro

⁸⁰ *Ibidem*, nº 32, 31/05/1902, p. 2, col. 1.

⁸¹ *Ibidem*, nº 38, 29/08/1902, p. 2, col. 3.

⁸² *Ibidem*. A amizade entre os dois não teria nada de estranho. O jornalista e confe- rencista José Cipriano da Costa Goodolfim (1844-1910) foi um dos fundadores das pri- meiras associações de operários. Redigiu os estatutos de *A Voz do Operário*. Defensor do socialismo de Estado, viria a aderir ao franquismo. João Franco, quando chefe do execu- tivo, cedeu o terreno para a construção da sede da *Voz do Operário*. Manuel Vilaverde Cabral, *O Operariado nas Vésperas da República (1909-1910)*, Lisboa, Ed. Presença, 1977, p. 52 e Rui Ramos, *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2001, p. 139.

⁸³ Jacinto Cândido, *Memórias Íntimas para o Meu Filho (1898-1925)*, Edição de Estudos de Castelo Branco, 1963, p. 59.

⁸⁴ Veja-se, por exemplo, *A Folha* (Viseu), Ano XIII, nº 1365, 22/05/1902, p. 1, col. 4 e nº 1368, 1/06/1902, p. 1, col. 1

⁸⁵ *Estrella d'Alva*, nº 32, 31/05/1902, p. 1, col. 2.

Eleitoral Nacionalista do Porto, o orador insistiu nas referências elogiosas à acção dos católicos na Bélgica, comparando o estado em que se encontrava esse país quando os liberais aí dominavam – enorme défice, contribuições excessivas, falta de estradas e de caminhos de ferro –, com as maravilhas introduzidas pelos «homens honrados»⁸⁶.

Com os olhos na França

Mas o país que mais interessava ao redactor do jornal era a França. As ocorrências determinantes no conflito religioso deste país constituíam o pano de fundo do que se passava em Portugal. Acompanhava-se atentamente os episódios do combate entre católicos e livres-pensadores que almejavam pela laicização das instituições, em ordem à separação entre Estado e Igreja. O interesse justifica-se, tendo em conta que a “questão religiosa” em Portugal era atribuída à influência directa deste país⁸⁷. Se a França conhecesse uma viragem, talvez a reviravolta tivesse reflexos entre nós. Assim se explica a atenção prestada às eleições francesas de 1902. Havia a esperança de que elas provocassem uma ruptura na política anti-congreganista levada a cabo por Waldeck-Rousseau. Mas as expectativas não se concretizaram. O novo governo, chefiado pelo ex-seminarista E. Combes, viria a incrementar a luta religiosa. Para os responsáveis pelo *Estrella d’Alva*, E. Combes era um “renegado católico” à frente de um governo que tinha a Maçonaria por mãe e o Socialismo por pai⁸⁸. O encerramento de cerca de duas mil e quinhentas escolas católicas foi objecto de comentários indignados. Mas, na perspectiva do jornal, nem tudo ia mal na França. Embora, por um lado, se explicasse o êxito dos livres-pensadores pela desunião dos franceses, católicos na sua maioria⁸⁹, elogiava-se a acção de muitos desses católicos, homens e mulheres leigos, que se organizavam e manifestavam contra as perseguições governamentais. O jornal realçou o papel das mulheres francesas, que haviam enfrentado corajosamente a violência das forças policiais, deixando-se espezinhar pelos cavalos por ocasião de manifestações em defesa dos seus direitos⁹⁰ e publicou um documento da Acção Liberal Popular, o partido conservador recentemente

⁸⁶ *Ibidem*, nº 43, 29/12/1902, p. 1, col. 4 e p. 2, col. 1.

⁸⁷ *Ibidem*, nº 33, 18/06/1902, p. 2, col. 2.

⁸⁸ *Ibidem*, nº 33, p. 2, col. 1.

⁸⁹ *Ibidem*, nº 39, 22/09/1902, p. 2, col. 1.

⁹⁰ *Ibidem*, nº 36, 31/07/1902, p. 4, col. 2.

fundado por Jacques Piou e Albert de Mun, contra o encerramento das escolas católicas. Transcreveu igualmente um manifesto, no mesmo sentido, dirigido à esposa do Presidente da República pelas mães cristãs do bairro de S. Roque, em Paris ⁹¹. Elogiou o recolhimento com que muitos homens – mais que em Portugal, sublinhava-se – participavam nos actos de culto ⁹². Essa piedade era visível nos numerosos operários que frequentavam as igrejas ⁹³. Numa carta apresentada como tendo sido remetida da região francesa de Auvergne, afirmava-se: «Mais do que entre nós, muito mais, parece o povo estranho à obra da maçonaria de mão dada com a judiaria, que quer derrubar os altares e expulsar os obreiros do bem» ⁹⁴.

Assim, convém ter presente que a influência francesa, realçada frequentemente no que respeita ao anticlericalismo português, se manifestava do mesmo modo no sector católico. No *Estrella d'Alva* encontram-se referências a associações e militantes do campo conservador. O jornal *La Croix*, defensor da causa católica, era lido e apreciado ⁹⁵.

Depois de mostrar com tons muito carregados o clima de confrontos em França, onde, aos olhos dos responsáveis pelo periódico, se vivia num ambiente de pré-guerra civil, com origem na questão religiosa, insistia-se na necessidade de os portugueses se organizarem para a luta que se avizinhava. E perguntava-se: «Nem estas verdades bastarão para despertar católicos dormentes?» ⁹⁶.

A importância das mulheres no nacionalismo católico

Conquanto se trate de uma folha defensora dos valores tradicionalistas, o *Estrella d'Alva* não se destinava somente aos homens. Estava atento à parte feminina da população. Nas suas colunas sublinhava-se frequentemente o exemplo das francesas que lutavam pelo direito a educar cristãmente os filhos, indo para a rua defender as religiosas que eram expulsas das escolas. Mostrando o valor das mulheres no combate a favor da Igreja, publicava regularmente correspondência (claramente imaginada) entre Ruth (ou Judith), que residia em Lisboa, e Maria, que se encontrava em

⁹¹ *Ibidem*, p. 2, col. 2.

⁹² *Ibidem*, n.º 39, 22/09/1902, p. 3, col. 1.

⁹³ *Ibidem*, n.º 32, 31/05/1902, p. 3, col. 3.

⁹⁴ *Ibidem*, n.º 39, 22/09/1902, p. 3, col. 1.

⁹⁵ *Ibidem*, n.º 37, 12/08/1902, p. 3, col. 4.

⁹⁶ *Ibidem*, n.º 36, 31/07/1902, p. 2, col. 4.

Loriga. A escolha dos nomes – de mulheres apontadas como exemplo, na Bíblia – é, por certo, intencional. São mulheres fortes, estas. Embora vivendo numa localidade pequena, encravada na serra, Maria era culta e viajada, pois já estivera em Roma e em Lourdes⁹⁷. Dentro do espírito que animava a publicação, as conversas entre as duas amigas não tinham a ver com receitas de cozinha ou com as pequenas tricas domésticas normalmente reservadas ao sector feminino. Estas mulheres eram ilustradas e teciam comentários a respeito da política nacional, estando igualmente informadas acerca do que acontecia em outros países, desde a questão religiosa em França à guerra dos boers, na África do Sul. Quando Maria fazia referência às ocupações com a casa, era no sentido de estabelecer a comparação entre a ordem que ia no seu lar e a “administração à portuguesa” existente nos negócios públicos. Em carta à amiga, declarava: «Penso cá para mim que uma boa dona de casa com a prática de governo doméstico faria melhor serviço na pasta da Fazenda do que toda a retórica do Hintze»⁹⁸. Censurava a fraqueza dos homens, considerando os governantes «ninhada de fracalhões» e assegurava que «as mulheres são hoje os verdadeiros homens». Ao emitir esta opinião sobre a fortaleza de ânimo das mulheres, referia-se às francesas que lutavam pela causa católica⁹⁹. Por vezes, à falta de melhor assunto, Ruth transcrevia passagens de cartas que teria recebido de uma outra amiga, Teresa, igualmente militante católica, leitora do jornal *La Croix*, que se encontrava em França e escrevia acerca do combate das mulheres francesas, apresentadas como exemplo às portuguesas¹⁰⁰. A expressão de elogio ao clero francês – «um Clero como eu queria que o nosso fosse» – contém explícita a censura que lhe mereciam os padres portugueses¹⁰¹.

Evidentemente, Ruth e Maria acompanhavam com entusiasmo o projecto nacionalista. Mas o movimento não avançava com a rapidez exigida pelo seu ardor. Por isso, censuravam a falta de coragem de muitos católicos e teciam mesmo críticas a alguns nacionalistas, incluindo os que, à frente do *Correio Nacional*, revelavam, na sua perspectiva, reduzido fervor¹⁰². Mas existia a certeza na vitória. Uma carta de Maria transmite essa segurança¹⁰³:

⁹⁷ *Ibidem*, nº 38, 29/08/1902, p. 4, col. 1.

⁹⁸ *Ibidem*, nº 32, 31/05/1902, p. 3, col. 4.

⁹⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁰ *Ibidem*, nº 37, 12/08/1902, p. 3, col. 4 e p. 4, col. 1.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 3, col. 3.

¹⁰² *Ibidem*, nº 32, p. 4, col. 1.

¹⁰³ *Ibidem*, nº 40, 9/10/1902, p. 4, col. 3.

«Sente-se caminhar para os nacionalistas o país inteiro [...]. Tudo está dizendo aos nacionalistas que se preparem e apressem para irem tomar conta da administração desgraçada desta nação. Que dificuldades os esperam! Dívidas por todos os lados, ladrões por todos os cantos, ímpios aos montes! Será possível, Ruth, que os nacionalistas se possam haver com tudo isto? Eu já começo a ter dó deles!»

Maria é uma mulher cheia de ânimo, ansiosa por ir para o combate, por «deixar correr o próprio sangue pela causa de Deus»¹⁰⁴, por «ir à praça [...] e usar desta língua para o bem, como a tal Angelina para o mal»¹⁰⁵. Contudo, esta mulher tão decidida, tão informada e interessada pelas questões governamentais, que se sentia superior a muitos homens, não aspirava a uma mudança que lhe concedesse um papel mais activo na vida política. Não pretendia alcançar o direito a votar, contentando-se em permanecer na retaguarda. Maria exprimia o seu orgulho pelas mulheres que, em França e, mesmo em Portugal, davam provas de grande energia. Mas não ambicionava o primeiro lugar, aguardando somente o dia em que as mulheres «empurrarão à urna maridos, pais, filhos, irmãos e parentes»¹⁰⁶.

A acção da Providência na História

Havia muito de religioso nesta esperança de regeneração nacional. O autor das missivas atribuídas a mulheres acreditava que o dia da vitória chegaria, pois a fé informava-o que a acção providencial é que rege as nações. Também aqui encontramos sintonia com o pensamento de Jacinto Cândido que, em Vila do Conde, onde se deslocou aquando da instalação do Centro concelhio, afirmara¹⁰⁷: «Deve-se confiar na acção providencial que rege as nações. Nós seremos instrumentos, mas livres e responsáveis, sob a acção da Providência para altos destinos».

O castigo de Deus espreitava os que não aceitavam seguir o caminho traçado. A Providência teria de intervir num mundo que caminhava para a

¹⁰⁴ *Ibidem*, nº 37, 12/08/1902, p. 4, col. 2.

¹⁰⁵ *Ibidem*, nº 40, 9/10/1902, p. 4, col. 2. A alusão a Angelina parece clara: trata-se de Angelina Vidal, poetisa e jornalista, defensora da causa dos operários. Atacava o clericalismo como um dos responsáveis pelo estado de ignorância das mulheres. Nos últimos anos da vida voltou a aproximar-se do catolicismo. Maria Helena Vilas-Boas e Alvim, “Angelina Casimira do Carmo Vidal”, *Dicionário no Feminino*, Livros Horizonte, pp. 113-122.

¹⁰⁶ *Ibidem*, nº 32, 31/05/1902, p. 3, col. 4.

¹⁰⁷ *Ibidem*, nº 39, 22/09/1902, p. 2, col. 3.

perdição. Maria, em carta a Ruth, mostrava-se preocupada com «a ira de Deus» e com o «baptismo de sangue que se aproxima»¹⁰⁸. É à luz dessa crença na acção duma Providência intervindo nos assuntos terrenos que eram encarados os acontecimentos. O incremento da imprensa levava-lhes notícias do que se passava no mundo, fazendo-lhes conhecer factos que seriam ignorados poucas décadas atrás. A tragédia da Martinica, onde o vulcão do Monte Pelado entrou subitamente em actividade, provocando fortes destruições, deixou horrorizadas as duas amigas, que viam realizadas «as terríveis profecias para os últimos tempos»¹⁰⁹. Um incêndio numa cidade americana, uma praga de gafanhotos na Beira Baixa¹¹⁰, iam ao encontro do sentimento de que a manifestação da cólera divina se aproximava. Deus trocava as voltas aos homens e humilhava os soberbos. O “dedo de Deus” levava a perturbação às festas da coroação de Eduardo VII, que foi submetido a uma operação cirúrgica com origem numa apendicite¹¹¹. Acreditando que «Deus não procede de balde», Maria viu nesses transtornos à coroação «uma lição e um desígnio»¹¹².

Esta leitura dos eventos parece comum em outros jornais nacionalistas. *O Rebate*, da Covilhã, estava de acordo com a *Revista Católica*, de Viseu, que, sob a epígrafe «A justiça de Deus sobre Martinica», se referira ao assunto¹¹³.

Os inimigos: a maçonaria, o judaísmo e o protestantismo

Se a maçonaria era apontada como a grande responsável pelos males que afligiam a sociedade portuguesa, tendo mesmo um plano para dominar o mundo, com a Inglaterra como seu instrumento¹¹⁴, ela aparecia frequentemente cingida ao judaísmo. Os reveses nacionais eram atribuídos à

¹⁰⁸ *Ibidem*, nº 35, 22/07/1902, p. 4, col. 2.

¹⁰⁹ *Ibidem*, nº 33, 18/06/1902, p. 3.

¹¹⁰ *Ibidem*.

¹¹¹ *Ibidem*, nº 34, 30/06/1902, p. 3, col. 3.

¹¹² *Ibidem*, nº 35, p. 4, col. 1.

¹¹³ *O Rebate*, Ano VI, nº 269, 20/07/1902, p. 1, col. 2.

A ideia de catástrofe estava presente nos católicos que viam com pessimismo o estado de irreligião na sociedade europeia. Em 1908, perante o sismo que provocou grandes destruições em Messina, na Sicília, o padre Martins Capela, que no nacionalismo colocou a esperança de regeneração da pátria portuguesa, encarou a tragédia como mais um dos “terríveis castigos” divinos. Amaro Carvalho da Silva, “Martins Capela e a Igreja Católica...”, art. cit., p. 127.

¹¹⁴ *Estrella d’Alva*, nº 42, 27/11/1902, p. 2, col. 1.

aliança ente a maçonaria e o judaísmo internacionais. Aliás, também neste campo os conservadores portugueses seguiam a corrente do conservadorismo em França, que vivia ainda as sequelas do caso Dreyfus. Jacinto Cândido, referindo-se à situação da França, onde o anticlericalismo parecia vitorioso, responsabilizava a «maçonaria e semitismo», ou, por outras palavras, o «jacobinismo, semita e sectário», que dominavam naquela «desgraçada nação»¹¹⁵. Na mesma linha, o periódico de Loriga, ao apontar «as grandes companhias e os grandes sindicatos», que só visavam o lucro e que pretendiam dominar o mundo inteiro, opinava que os judeus é que dirigiam o capitalismo, na Holanda, na França e na Inglaterra¹¹⁶. Enfim, a descristianização era atribuída à obra da maçonaria de mão dada com a judiaria, como afirmava Ruth em carta a Maria¹¹⁷. Uma representação do mundo eivada de preconceitos de cunho racista é patente em algumas expressões usadas no *Estrella d'Alva* – «talmud político», «perfídia judaica»¹¹⁸ – pretendendo mostrar que o judaísmo dirigia o capitalismo internacional.

Aliás, para a direcção do jornal o combate que se travava no momento era essencialmente entre raças. Assim, «a raça anglo saxónia e a teutónica» tentavam dominar o mundo, urdindo uma «intriga germânico-britânica»¹¹⁹. Os que não pertenciam a esses povos não tinham força para reagir. A França, que podia encabeçar um movimento de raças latinas, estava enfraquecida por lutas internas¹²⁰. Neste antagonismo, a Inglaterra era especialmente visada. E isso não se devia somente ao poderio económico e militar que ameaçava as colónias de Portugal em África. Os ingleses eram hereges, «díscolos irreligiosos» que perseguiram os católicos¹²¹. Essa realidade encontrava justificação. A Inglaterra, que dominava o mundo, em aliança com a maçonaria e o socialismo, intentava «acabar com os estados católicos, entregando-os ao sensualismo e às utopias revolucionárias»¹²².

¹¹⁵ Jacques Ploncard d'Assac, *Doutrinas do Nacionalismo*, Edições Panorama, 1962, p. 305.

¹¹⁶ *Estrella d'Alva*, nº 34, 30/06/1902, 2, col. 2.

¹¹⁷ *Ibidem*, nº 39, 22/09/1902, p. 3, col. 1.

¹¹⁸ *Ibidem*, nº 33, 18/06/1902, p. 2, col. 2-3.

¹¹⁹ *Ibidem*, nº 34, 30/06/1902, p. 1, col. 3-4.

¹²⁰ *Ibidem*.

¹²¹ *Ibidem*, nº 33, 18/06/1902, p. 2, col. 2.

¹²² *Ibidem*, nº 42, 27/11/1902, p. 2, col. 1.

O nacionalismo católico e o mundo rural

O militantismo católico que, em Portugal, envidava esforços de organização e de protesto, não se sentia seguro nas cidades principais. Preferia tentar a sua sorte junto das populações campesinas. Era nas aldeias que estava a esperança: «Acordemos e reunamo-nos. Nada de oportunismos! Deixem as batatas e as cebolas na terra, que se não perdem, e toca a cerrar fileiras!»¹²³. Uma concepção da sociedade onde os princípios cristãos fossem respeitados coadunava-se mais com a vida das aldeias, respeitadoras das tradições. Enquanto que, em regra, as atenções da opinião, entre os liberais preocupados com a questão social, se voltavam para o operariado industrial, o nacionalismo preferiu o trabalhador agrícola e o pequeno cultivador. Aliás, o problema dos grandes aglomerados urbanos entroncava no modo de vida dos campos. Melhorando a vida nas aldeias, reduzia-se o êxodo para a cidade, que era a fonte de tantos problemas. Para resolver as questões sociais os nacionalistas defendiam a criação e o desenvolvimento de caixas rurais que habilitassem «os probos, activos e poupados» a adquirir, a pouco e pouco, «o principal instrumento do seu trabalho, o gado, a alfaia e os adubos», como se afirmava no ponto 13 do Programa Nacionalista¹²⁴. A ideia vinha da Alemanha onde, a partir dos meados do século XIX, se haviam expandido, com considerável êxito, as caixas rurais. A iniciativa partira de Raiffeisen, tocado pela miséria dos camponeses, expostos à exploração dos usurários¹²⁵. Eram, por isso, conhecidas por “caixas Raiffeisen”. Através dessas “caixas” – institutos de crédito constituídos sob a forma de sociedades cooperativas com área de acção limitada ao meio em que vivem os vizinhos de um lugar¹²⁶ – os seus dinamizadores intentavam, para lá da melhoria das condições materiais dos associados, o progresso espiritual e religioso dos mesmos¹²⁷. Seguindo a opinião de Álvaro Diniz da Fonseca – um dos fundadores do Centro Académico de Democracia Cristã, de Coimbra –, Raiffeisen exigia que os membros das caixas fossem católicos sinceros, pelo que, em seu entender,

¹²³ *Ibidem*, nº 36, 31/07/1902, p. 2, col. 4.

¹²⁴ In Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã...*, *ob. cit.*, p. 414.

¹²⁵ Emmanuel Le Barbier, *Le Crédit Agricole en Allemagne*, Paris-Nancy, Berger-Levrault et C., Libraires-Éditeurs, 1890, p. 51.

¹²⁶ Pedro Ferreira dos Santos, *Guia Prático das Associações Agrícolas em Portugal*, Edição da Biblioteca da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa, Lisboa, Typographia Universal, 1904, p. 161.

¹²⁷ João Francisco de Almeida Policarpo, *ob. cit.*, p. 36.

o pároco não podia ficar fora da caixa rural, sendo mesmo desejável que tomasse a iniciativa da sua fundação ¹²⁸. Em 1902, nos meios nacionalistas vivia-se um verdadeiro entusiasmo por essas associações, o que é demonstrado pelos numerosos textos sobre esse assunto publicados no jornal católico *A Palavra*, nos meses de Agosto, Setembro e Outubro, da autoria, na sua maior parte, do Padre Benevenuto de Sousa ¹²⁹.

O interesse do partido pela agricultura encontra eco no *Estrella d'Alva*. Apesar de um apreciável sector da população de Loriga – e de outras freguesias do concelho de Seia – trabalhar nas fábricas têxteis, essa realidade não merece especial atenção. Permanece o sonho de uma sociedade tradicional assente na agricultura. Acompanhando o entusiasmo pelas caixas rurais, Mendes Lages procurou dinamizar na freguesia a criação de uma instituição desse tipo. Numa tarde de Setembro, depois da reza do terço, uma numerosa assembleia de homens e mulheres reuniu na igreja paroquial, para ouvir o militante do nacionalismo falar sobre o assunto. Parece que a ideia conheceu êxito, pelo que, em breve, se tratava de elaborar os estatutos ¹³⁰. Os princípios em que assentavam as “caixas” eram apresentados de forma muito sumária. Para alguém ser sócio exigia-se apenas que lhe fosse reconhecido «o carácter de pessoa honrada, económica e de boas contas» ¹³¹. A sociedade recolheria pequenas poupanças, garantindo juros a 3%. Empréstaria a 4%, mas não para consumo. Só para objectos de produção ou propriedade. Os custos da administração eram reduzidos, pois os administradores não eram pagos, na medida em que esses trabalhos eram vistos como serviço de Deus. A Caixa Rural «diz-lhes que se contentem com a paga do Céu e já não é pequena» ¹³².

Embora parecendo dedicar-se aos camponeses, não esquecia os trabalhadores fabris, visto aceitá-los como sócios, «podendo facilitar a um simples operário o meio de se tornar um proprietário» ¹³³. Nestes termos, os promotores pensavam que a “caixa rural” contribuiria para resolver a questão social entre os operários das fábricas. Tornando-se pequenos proprietários, teriam na agricultura um complemento ao salário auferido pela actividade principal que exerciam.

¹²⁸ Pinharanda Gomes, *Álvaro Diniz da Fonseca: Catolicismo Social e Democracia Cristã*, compilação e notas de J. Pinharanda Gomes, Guarda, 1989, p. 44.

¹²⁹ João Francisco de Almeida Policarpo, *ob. cit.*, p. 361.

¹³⁰ *Estrella d'Alva*, nº 41, 31/10/1902, p. 3, col. 3.

¹³¹ *Ibidem*, nº 40, 9/10/1902, p. 1, col. 1.

¹³² *Ibidem*, p. 2, col. 1.

¹³³ *Ibidem*.

Atendendo à pobreza da maior parte dos habitantes, aonde poderiam ir buscar as poupanças necessárias aos depósitos? Os impulsionadores da iniciativa apontavam o caminho, ao defenderem a virtude da sobriedade. Contudo, em questões de desgoverno, parece que não havia muito de que acusar os habitantes de Loriga. Num diálogo apresentado entre António Luís, um homem de condição elevada, e José Antunes, um camponês, aquele mostrava o caminho da economia. Em seu entender, os homens gastavam muito em vinho. Quanto às mulheres, eram lambareiras, pois consumiam muito em fruta¹³⁴, que, aos olhos de António Luís, parecia ser uma guloseima sem qualquer utilidade.

A “caixa” seria, pois, «um elemento de moralização, um estímulo e um mestre seguro e prático de providências e economias domésticas»¹³⁵.

Sociedade sonhada por Mendes Lages: sociedade hierarquizada, ordenada por Deus

A construção de uma sociedade igualitária não estava nos horizontes do responsável pelo periódico de Loriga. Num dos diálogos já referidos entre António Luís e Antunes, o camponês, um homem sábio, certamente o homem do povo ideal para Mendes Lages, estava consciente da injustiça social. Aceitava-a, devido à sua crença numa «justiça compensadora da outra vida»¹³⁶. Os dois homens eram amigos, apesar de pertencerem a estratos sociais diferentes, o que é revelador do carácter idealizado da sua relação. Mas o camponês, quando o seu amigo se encontrava junto de homens pertencentes ao seu círculo social, recusou-se a tratá-lo com a familiaridade costumada. O douto Antunes explicava deste modo a sua atitude: «Cada um honra a sua posição, tomando o lugar que lhe compete, e o que me compete a mim é ser respeitoso perante aqueles, a quem as condições sociais puseram acima de mim»¹³⁷.

¹³⁴ *Ibidem*, nº 34, 30/06/1902, p. 3, col. 2.

¹³⁵ *Ibidem*, nº 40, 9/10/1902, p. 2, col. 1.

Provavelmente esta iniciativa, como outras do mesmo género em outras localidades, não teve qualquer êxito. Pedro Ferreira dos Santos, em 1904, no livro citado acima, referiu-se às caixas rurais como se se tratasse de algo ainda não experimentado em Portugal. Pedro Ferreira dos Santos, *ob. cit.*, p. 179. Em 1908, Diniz da Fonseca, num artigo publicado na revista *Estudos Sociais*, afirmava, acerca dessas caixas: “Que nos conste pouco conhecidas são em Portugal e bem o mereciam ser”. Pinharanda Gomes, *ob. cit.*, p. 41.

¹³⁶ *Estrella d’Alva*, nº 34, 30/06/1902, p. 3, col. 2.

¹³⁷ *Ibidem*, nº 36, 31/07/1902, p. 3, col. 3.

Este homem tão sensato, tão contemporizador relativamente à sorte que lhe coubera na vida, era apresentado como “espírito superior”, representante das «inteligências formosas e corações generosos»¹³⁸ que a Providência criava, mesmo entre montanhas.

Podemos ver aqui esquematizada, de forma simples, a sociedade desejada por Mendes Lages: sociedade hierarquizada, à semelhança da sociedade eclesiástica. Os problemas sociais eram encarados como questão moral – «a moralidade de um povo é a sua primeira força económica»¹³⁹ –, resultante do esquecimento dos mandamentos divinos.

«A questão estaria resolvida, se os operários e patrões fossem todos observantes da lei de Deus. O patrão não veria no operário um inimigo [...] veria antes um amigo, um irmão, um auxiliar indispensável à sua prosperidade. Enquanto o operário pudesse trabalhar, seria justo na remuneração, e quando prostrado pela doença, levar-lhe-ia o socorro ao leito das dores.

Por sua parte o operário pagaria em igual moeda nos afectos da alma, e veria no patrão o seu protector e o seu amigo. Sentir-se-iam cada vez mais unidos num abraço único, onde ia o coração e os interesses recíprocos»¹⁴⁰.

Em outro número do jornal explicava-se que o salvador, o Messias por quem muitos clamavam para a salvação da Pátria, já tinha chegado: era Cristo, o verdadeiro Messias que ensinava o «mútuo respeito do homem para homem, a obediência do subordinado ao subordinante, do vassalo ao imperante». Mas também ensinava «aos grandes a entregarem as sobras dos seus réditos aos pobres e tratá-los como se fossem o próprio Cristo»¹⁴¹.

Numa conferência proferida pelo médico católico na *Associação Protectora dos Operários*, de Lisboa, o orador assegurou que o problema social não se resolvia com aumento de salário e redução de horas de trabalho, pois que o mundo económico se encontra regulado por leis inflexíveis; perturbado num ponto, sente-se logo a perturbação em outro. Os salários elevados provocam aumentos de preços, o que, por sua vez, facilitará as importações, conduzindo ao desemprego. A questão resolver-se-ia pela «observância da lei do Evangelho»¹⁴².

¹³⁸ *Ibidem.*

¹³⁹ *Ibidem*, nº 32, 31/05/1902, p. 1, col. 2.

¹⁴⁰ *Ibidem*, nº 33, 18/06/1902, p. 1, col. 3.

¹⁴¹ *Ibidem*, nº 32, p. 1, col. 2-3.

¹⁴² *Ibidem*, nº 33, 18/06/1902, p. 1, col. 3.

Tais ideias estão na linha da acção social católica de que Mendes Lages, como se disse, foi pioneiro em Portugal e à qual a *Rerum Novarum* veio dar nova expressão. Censurava o espírito de rotina e o egoísmo dos patrões que os impediam de ver o caminho certo ¹⁴³. Por isso, o jornal mostrava mesmo alguma compreensão pelas lutas dos operários, embora considerasse que as greves só agravavam os problemas ¹⁴⁴.

Na busca de soluções impunha-se uma aliança entre o Estado e a Igreja. Mas o Estado não se apercebia dos perigos ¹⁴⁵. A Igreja, sim, mantinha-se atenta, na demanda de expedientes correctivos. Um deles estava nas associações católicas de operários. Tinham dois fins em vista: proteger o operário da miséria na hora da doença e alimentar-lhe na alma a fé em Deus. O articulista compreendia que não era ainda a resolução do grande problema, mas um pequeno auxílio. Pelo menos disciplinava os espíritos. E salvavam-se as almas, «fim supremo a que viemos ao mundo e o principal» ¹⁴⁶. Entretanto, aplanavam-se as dificuldades para a solução final. Contudo, quanto a esta solução, fica-se por considerações muito vagas: «regular a vida económica da sociedade por forma que a todos seja relativamente fácil arranjar para viver, cada um do que é seu» ¹⁴⁷.

Mendes Lages sabia que, na sociedade do seu tempo, a lei do Evangelho de Cristo era o código de «poucas famílias privilegiadas». Por isso, na referida conferência proferida em Lisboa, na *Associação Protectora dos Operários*, apelou ao cumprimento do «Evangelho da natureza», onde se pode interpretar a lei reguladora dos factos económicos. Sem pretender um socialismo do Estado, entendia que o Estado devia proceder à *justiça distributiva*, protegendo os operários, que desempenhavam tantas tarefas socialmente úteis ¹⁴⁸.

Mas, como o Estado nada fazia, teimando em não ver o perigo de conflagrações sociais resultantes da questão social, a única esperança para o responsável pelo *Estrella d'Alva* seria que, «por um acto misericordioso da Providência, algum homem superior assumisse as rédeas do governo com plenas faculdades para obrar». Só esse homem poderia salvar o país da desgraça que se aproximava. Porém, o redactor tinha dúvidas sobre a existência de tal homem ¹⁴⁹.

¹⁴³ *Ibidem*, nº 37, 12/08/1902, p. 2, col. 1.

¹⁴⁴ *Ibidem*, nº 38, 29/08/1902, p. 3, col. 1.

¹⁴⁵ *Ibidem*, nº 37, 12/08/1902, p. 2, col. 1.

¹⁴⁶ *Ibidem*, p. 1, col. 4.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 2, col. 1.

¹⁴⁸ *Ibidem*, nº 33, 18/06/1902, p. 1, col. 4.

¹⁴⁹ *Ibidem*, nº 37, 12/08/1902, p. 2, col. 1.

Perante o que foi dito, não podemos remeter sumariamente Mendes Lages para o grupo dos conservadores inteiramente indiferentes à sorte dos que eram economicamente mais débeis. No seu jornal garantia-se que «mais depressa estaremos ao pé dos famintos e desesperados, do que de todos os exploradores do mundo»¹⁵⁰. Queria uma revolução partindo de cima, por temer a violência que acompanha normalmente os actos de rebelião popular, sonhando que a caridade cristã realizasse a era da fraternidade, numa visão utópica em que os ricos desistiriam dos lucros, para distribuírem pelos irmãos desfavorecidos. Mas não bastaria transformar os corações dos poderosos. Era necessário actuar junto dos deserdados. Como escrevia Ruth em carta a Maria, vivia-se numa época em que «o maior perigo para as nações e os poderes constituídos» estava na classe operária, sôfrega de um quinhão no banquete da vida; farta de ser máquina produtiva da riqueza de outrem [...] disposta a roubar, a queimar, a destruir, a afogar em sangue a quem a teve escravizada”¹⁵¹. Para prevenir tão grande mal, Ruth pensava que era indispensável uma acção educativa. Elogiava a obra das oficinas de S. José, dirigidas pelos Salesianos – «uma instituição que forma operários cristãos, humildes, diligentes, querendo o bem estar próprio e da sua família sem esbulhar o próximo do que lhe pertence». Auxiliando esta obra, praticava-se uma «boa acção moral e patriótica», pois arrancava-se «o nosso Portugal ao perigo sempre crescente do Socialismo»¹⁵².

A Questão Colonial

Portador de um projecto de redenção para a sociedade portuguesa, o novo movimento / partido não podia deixar de prestar atenção à questão colonial, em torno da qual se verificava o exacerbar de todos os nacionalismos na viragem do século XIX para o século XX. Como observa Matos Ferreira, não têm sido valorizadas as reacções patrióticas dos católicos ao Ultimato e a sua mobilização em ordem à defesa dos interesses coloniais portugueses¹⁵³. Esses católicos faziam coincidir os interesses da Igreja com os interesses de Portugal e sublinhavam os prejuízos causados pela supressão das congregações religiosas que se reflectiam na obra de missão,

¹⁵⁰ *Ibidem*, nº 42, 27/11/1902, p. 1, col. 4.

¹⁵¹ *Ibidem*, nº 42, 27/11/1902, p. 4, col. 2.

¹⁵² *Ibidem*.

¹⁵³ António Matos Ferreira, “Repercussões do *Ultimatum* no meio católico (notas acerca do nacionalismo católico), *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo VI, 1994, Lisboa, pp. 31-45.

imprescindível, a seu ver, para que Portugal mantivesse a influência no continente africano. Preocupava-os que, em simultâneo com o recuo da presença portuguesa, crescesse a propaganda protestante, ao serviço de potências estrangeiras¹⁵⁴. A questão das congregações religiosas cruzava-se com o problema da defesa do império colonial. Quirino de Jesus, no seu livro *As Ordens Religiosas e as Missões Ultramarinas*, publicado em 1893, sustentava que as missões constituíam o melhor meio para «assimilação das gentilidades que nos estão avassaladas»¹⁵⁵. O mesmo autor dirigiu a revista *Portugal em África* desde o seu primeiro número (Janeiro de 1894) até 1901. Também Mendes Lages, o médico nacionalista, não conseguia ver o futuro de Portugal distinto dos interesses africanos. Esteve vinculado à revista *Portugal em África*, aparecendo como seu editor a partir de 1898. Depois da saída de Quirino de Jesus, o nome de Mendes Lages será o único a figurar na capa da publicação. Em Agosto de 1894 escreveu, na mesma, um artigo com o título *Para a África*. «A África será o nosso futuro» – afirmava aí. Desejaria que muitos portugueses partissem para o continente africano, em nome da civilização cristã, embora reconhecesse que as condições de vida nessas terras abarcavam riscos. Mas a empresa era grandiosa, por envolver um trabalho de missão. Dela dependia «a salvação daqueles negros»¹⁵⁶.

Podíamos mencionar outros nomes de personalidades interessadas pelo Ultramar e que vieram a ter um papel importante no nacionalismo católico. O futuro líder do Partido Nacionalista, Jacinto Cândido, foi ministro da Marinha e Ultramar de 1895 a 1897, tendo sido durante a sua passagem pelo ministério que ocorreu a prisão de Gungunhana¹⁵⁷, acontecimento que provocou uma verdadeira euforia nacionalista em todo o país. Mouzinho de Albuquerque era o grande herói, «o perfeito tipo de cavaleiro cristão» que, como alguns sonhavam, poderia ser o «dócil instrumento de Deus»¹⁵⁸, salvando a terra portuguesa.

¹⁵⁴ Veja-se Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos, A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, p. 39.

¹⁵⁵ In António Matos Ferreira, *ob. cit.*, p. 41.

¹⁵⁶ *Portugal em África*, Ano I, nº 8, Agosto de 1894, pp. 241 e ss.

¹⁵⁷ Vítor Neto, “O Nacionalismo Católico em Jacinto Cândido”, *cit.*, p. 395.

Os membros da família de Gungunhana, deportados para os Açores (de onde era natural Jacinto Cândido), foram convertidos ao catolicismo pela mãe e pela irmã do chefe político. O irmão deste, governador civil no arquipélago, esteve presente na cerimónia do baptizado. Marie-Christine Volovitch, *ob. cit.*, p. 249.

¹⁵⁸ Assim pensava em 1898 o padre Martins Capela, que iria aderir entusiasticamente

No texto da circular que pretendia sensibilizar os destinatários para a fundação do Centro Nacional enfatizava-se o papel das possessões de além mar na «conservação, independência e prosperidade de Portugal, sendo aí o principal campo da nossa missão providencial e histórica, da nossa expansão política, civilizadora e religiosa» e prometia-se defender e procurar «tornar prático tudo que possa concorrer para a realização dos nossos destinos coloniais»¹⁵⁹. Nas conclusões votadas na sessão de encerramento do Congresso Nacionalista de 1903, que formaliza a fundação do partido, emerge a mesma preocupação com a administração ultramarina, «baseada nos princípios de uma larga descentralização governativa». O governo da Nação devia compenetrar-se dos seus deveres, pois que, «no moderno direito colonial consagrado, valem mais do que os títulos históricos, os trabalhos feitos e a realidade da ocupação e da exploração territorial»¹⁶⁰.

O interesse económico pelas colónias articulava-se com a crise agrícola que se fazia sentir, sobretudo no sector vinícola. Um dos chefes do movimento nacionalista, conde de Samodães, foi fundador e dirigente da *Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal*. Como remédio para a crise, os grandes produtores lutavam pela melhoria das condições de exportação de vinho para as colónias – vinho destinado à população negra, com grau elevado, pois que, “os selvagens” não estariam ainda preparados para apreciar o bom vinho¹⁶¹.

O *Estrella d'Alva* secundava todas essas preocupações com o ultramar, sentindo ainda a «ígnomia do *Ultimatum* inglês»¹⁶² e veiculava as críticas ao governo nacional que, em seu entender, pouco cuidado mostrava com a colonização. Censurava igualmente a falta de iniciativa do sector privado, que não disponibilizava capitais para assunto de tanta gravidade. E, assim, os ingleses, os franceses e os alemães, sobretudo os primeiros, dominavam o comércio africano. Se o governo se mostrava incapaz de arcar com as suas responsabilidades, então, «para que pavonear-nos com a posse duma coisa, que, se é nossa, só serve de humilhação? Em tal caso, melhor é vender [...] e, com esse produto, paguem-se as nossas dívidas»¹⁶³. Louvando

ao ideal nacionalista. Amaro Carvalho da Silva, “Martins Capela e a Igreja Católica...”, art. cit., p. 120.

¹⁵⁹ Manuel Braga da Cruz, “Circular para a Fundação do Centro Nacional”, *ob. cit.*, p. 409.

¹⁶⁰ “Programa Nacionalista”, *ibidem*, p. 418.

¹⁶¹ Marie-Christine Volovitch, *ob. cit.*, p. 240.

¹⁶² *Estrella d'Alva*, nº 36, 31/07/1902, p. 1, col. 1.

¹⁶³ *Estrella d'Alva*, nº 33, 18/06/1902, p. 1, col. 1-2.

embora o esforço dos soldados que combatiam em África para manter o domínio português, ponderava que eles não tinham obrigação de expor as suas vidas por um governo que não merecia tais sacrifícios. Os verdadeiros inimigos não eram «esses pobres selvagens de lá», mas sim os «selvagens civilizados de cá». «Se pedis a um coração de português um conselho, não vos aconselharei que volteis as armas para os portugueses, mas também que não as volteis para esses pobres negros, que, no fim de contas, têm mais direito a esse torrão africano do que nós»¹⁶⁴.

É evidente que, nestas questões africanas, os naturais dessas regiões eram olhados numa perspectiva, comum aos europeus do tempo, imbuída de paternalismo. Mas mostrava-se alguma compreensão para com as suas revoltas – embora apodando os seus autores de “gentio” e “pretalhada” – com origem em «exacções violentas, extorsões, roubos e iniquidades das nossas autoridades». Concordava-se com o acto de «submeter o preto», mas defendia-se um relacionamento em que os direitos essenciais fossem respeitados.

«Quando o preto veja nos portugueses força e boa justiça, naturalmente há-de ser-nos dedicado, e destas dedicações tiraremos mais resultados práticos, do que de batalhas sangrentas, que mais servem para proteger infâmias, do que desafrontar a justiça. Se para isso nos arrogamos o título de nação colonizadora, melhor é renunciarmos a ele. Então que venham os pretos civilizar-nos a nós»¹⁶⁵.

Para a “civilização” dos africanos era primordial educar cristãmente as crianças. Opinava-se que «o preto selvagem, embrutecido pelo álcool, dado à poligamia e à preguiça, inveterado em todos os vícios degradantes», estava «condenado para a civilização»¹⁶⁶. Esta condenação sumária do africano, visto como incapaz de receber os princípios da “civilização” está, certamente, impregnada de preconceitos racistas. Contudo, o autor pensava mais nos vícios resultantes da falta de educação, pois que, logo de seguida, assegurava que o mesmo acontecia com os brancos que tinham o mesmo género de vida: «esta sentença terrível vemos nós infelizmente por aí realizar-se a cada passo nesta terra de cafres brancos»¹⁶⁷. O único remédio, tal como para os portugueses da Europa, estava na criação de escolas

¹⁶⁴ *Ibidem*, nº 34, 30/06/1902, p. 1, col. 2.

¹⁶⁵ *Ibidem*, nº 36, 31/07/1902, p. 3, col. 4.

¹⁶⁶ *Ibidem*, nº 40, 9/10/1902, p. 3, col. 1.

¹⁶⁷ *Ibidem*.

onde “os pretinhos” e “as pretinhas” fossem educados por missionários e missionárias. Claro que estes “pretinhos” tornar-se-iam adultos. Mas, então, estes “pretos civilizados” casar-se-iam entre si, fundando famílias que permaneceriam à sombra tutelar do missionário, que lhes daria terras para cultivar, ajudando-os ainda a construir as “suas casinhas”, de modo a constituírem «aldeiazinhas florescentes»¹⁶⁸.

Os missionários eram assim, os melhores agentes de colonização, elogiados por levantarem da «ignominiosa abjecção [...] uma raça de irmãos nossos até hoje perdida para o mundo civilizado»¹⁶⁹.

Pelos diminutivos transcritos dir-se-ia que o autor do artigo, reproduzindo, aliás, os termos usados neste género de escritos, desejava que os africanos nunca crescessem, mantendo-se dóceis e simples. Aliás, outras expressões usadas parecem-nos pueris ou escandalizar-nos-ão a nós, que vivemos num tempo que afirma os direitos de todos os homens, baseados na igualdade, independentemente do grau de pigmentação da sua pele. Apressadamente, alguns remeterão tais modos de pensar para um catolicismo conservador. Contudo, na viragem do século XIX para o século XX, um grande número de autores (entre eles o prestigiado Oliveira Martins) utilizava argumentos pretensamente científicos para justificar a existência de raças humanas inferiores (entre elas as africanas), incapazes de atingir a civilização¹⁷⁰.

No jornal de Loriga parecia que o futuro idílico sonhado para África se esboçava já em Timor. Tinha capacidade para transmitir em primeira mão as impressões do juiz José Inácio Delgado de Carvalho, redactor principal do *Estrella d'Alva* nos seus primórdios, que para aquelas paragens fora mandado em serviço. Segundo carta enviada a Mendes Lages, na missão de Lahanne eram preparados os jovens que constituiriam o «elemento civilizador do meio». Em Dili as irmãs canossianas educavam rapariguinhas timorenses. Já tinham ocorrido alguns casamentos entre rapazes saídos da missão e raparigas educadas na escola das irmãs. José Inácio tecia críticas ao funcionamento da justiça em Timor, baseada em códigos cujas normas, demasiado complexas, eram incompreensíveis para a população

¹⁶⁸ *Ibidem*.

¹⁶⁹ *Ibidem*.

¹⁷⁰ Ana Leonor Pereira, “Raças e História: imagens nas décadas finais de oitocentos”, *Revista de História das Ideias*, I. H. T. I., Vol. XIV, 1992, p. 357 e Isabel Castro Henriques, “A (Falsa) Passagem do Escravo a Indígena”, *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 84 e ss.

local. Em sua opinião, seria preferível formular um código firmado nos costumes das gentes a quem se destinava ¹⁷¹.

As dificuldades do Partido Nacionalista

Pelo que ficou dito, é evidente a importância dos três pilares, sobre os quais se apoiava o partido nacionalista, no desejo de resolver a crise nacional: a atenção sobre a agricultura, a questão social, a política ultramarina. Os três ramos encontram-se entrelaçados, residindo o nó do problema na descristianização, que era fundamental atalhar com urgência.

Mas o movimento nacionalista católico nasceu no meio de equívocos. A fraqueza do projecto ficou demonstrada nas eleições de 1901, para as quais o Centro Nacional apresentou um candidato autónomo em Braga: Domingos Pinto Coelho. Teve logo a oposição enérgica do governador civil, o católico D. Tomás de Almeida Manuel de Vilhena. O Partido Regenerador apresentou em oposição ao candidato nacionalista um membro do clero, cónego António José Boavida ¹⁷². As dificuldades vinham dos próprios católicos e Domingos Pinto Coelho não foi eleito. Os militantes dos outros partidos, embora assumindo-se como católicos, não se dispunham a abandonar as formações partidárias com as quais se encontravam comprometidos por laços de família, amizades e cumplicidades. O próprio episcopado se retraía, preferindo não se envolver directamente. O bispo de Coimbra recusou mesmo a constituição de Centros Nacionais na sua diocese ¹⁷³. Francisco Sousa Gomes – no dizer de Manuel Braga da Cruz «a figura mais proeminente do movimento social católico», um dos grandes impulsionadores dos centros académicos da democracia cristã ¹⁷⁴ – não deu o aval ao novo partido.

No entanto, a tentativa de enquadrar politicamente todos os católicos não seria assim tão absurda. Como diz Rui Ramos, «a sua exploração política parecia condenada ao sucesso» ¹⁷⁵. Os defensores do novo partido pretendiam forçar as consciências dos católicos, insistindo em confundir opção religiosa com opção política. Aos que não aceitaram essas posições,

¹⁷¹ *Estrella d'Alva*, nº 41, 31/10/1902, p. 3, col. 1.

¹⁷² Marie-Christine Volovitch, *ob. cit.*, p. 179.

¹⁷³ Amaro Carvalho da Silva, *O Partido Nacionalista...*, *cit.*, p. 55.

¹⁷⁴ Manuel Braga da Cruz, *ob. cit.*, p. 33.

¹⁷⁵ Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, Vol. VI de *História de Portugal* (direcção de José Mattoso), p. 256.

e que continuaram a defender que o movimento não deveria converter-se em grupo partidário e ser oposição às outras formações políticas, foi imposto o afastamento. Assim aconteceu a dois dos militantes da primeira hora, Quirino de Jesus e Gonçalo Xavier de Almeida Garrett. Quirino de Jesus viria a fundar uma outra publicação, *Voz da Pátria*, na qual atacava os nacionalistas da facção contrária¹⁷⁶.

Todos estas disputas provocaram problemas de consciência, pois que os militantes da corrente vencedora pretendiam convencer os crentes que a vontade de Deus determinava que todos apoiassem o grupo partidário, apresentado como católico. Segundo Abúndio da Silva – um nacionalista que abandonaria o partido nos finais da Monarquia – chegou-se ao ponto de apresentar o nacionalismo como um dogma, fazendo-se crer que os católicos não podiam estar fora do partido «sem incorrer em pecado»¹⁷⁷. Esta questão esteve na base de um grave confronto entre os jesuítas, que dirigiam a revista *Novo Mensageiro do Coração de Jesus* e aí faziam campanha pelo nacionalismo, e os franciscanos de Montariol (Braga), que, na sua revista, *A Voz de Santo António*, atacavam tal ponto de vista, defendendo uma democracia cristã de âmbito exclusivamente social, sem qualquer intuito de partidarização política¹⁷⁸.

O pouco êxito do partido causa algum espanto, atendendo à influência, tantas vezes afirmada e, possivelmente, exagerada, dos membros do clero sobre as populações. Como diz Amaro Carvalho da Silva, representou «um teste»¹⁷⁹ sobre a real influência da Igreja Católica.

Enquanto existiu, o *Estrella d'Alva* foi reflectindo esses conflitos. Nas suas páginas, o descontentamento, nascido da frustração por ver escapar a possibilidade de unir todos os católicos sob a mesma bandeira parlamentar, veio a traduzir-se em acusações. Explicava-se que muitos católicos temiam «o apodo de jesuítas, de retrógrados»¹⁸⁰, o que pode, em parte, justificar o pouco êxito do movimento, numa época em que a animosidade contra os membros da Companhia de Jesus – fruto de uma campanha que remontava ao século XVIII – atingia grande parte da população. Se, antes da ruptura, aparecem críticas veladas, no seu número de 31 de Outubro de 1902 o jornal ataca com profunda violência Quirino de Jesus. O ex-director do *Correio Nacional* era acusado de ter atraído, anos atrás, o Centro

¹⁷⁶ Ernesto Castro Leal, “Quirino Avelino de Jesus...”, art. cit., p. 366.

¹⁷⁷ In Manuel Braga da Cruz, *ob. cit.*, p. 233.

¹⁷⁸ Manuel Braga da Cruz, *ob. cit.*, p. 176.

¹⁷⁹ Amaro Carvalho da Silva, “Martins Capela e a Igreja Católica...”, art. cit., p. 133.

¹⁸⁰ *Estrella d'Alva*, nº 39, 22/09/1902, p. 3, col. 3.

Católico Parlamentar, usando o jornal nacionalista para prestar serviços ao Partido Regenerador, onde se tinha filiado, recebendo em troca – segundo interpretação veiculada pelo *Estrella d’Alva* – um rendoso lugar de chefe de repartição [na Caixa Geral de Depósitos]. Tendo regressado ao *Correio Nacional*, parecia que se estava lavando do passado. Mas voltara a trair. Imputava-se a Quirino o facto de ter «apanhado as cintas dos assinantes» – certamente para convencer estes a aderir às suas ideias, tornando-se leitores do periódico que tencionava criar¹⁸¹. Os ataques irão prosseguir. Em outro número, o ex-director do *Correio Nacional* era apontado como tendo desempenhado o «papel de Judas»¹⁸². Quirino de Jesus, no seu novo jornal, respondia com armas análogas, insultando os dirigentes do Centro Nacional. Jacinto Cândido era apontado como «traidor»¹⁸³.

Desiludidos na sua pretensão de construírem um partido poderoso, com base na grande maioria católica existente, e na consequente certeza de aparecerem como salvadores da Pátria, os nacionalistas, segundo increpações lançadas por Abúndio da Silva, acabaram por se envolver nos mesmos conluios que censuravam aos outros, na sua ânsia de terem mais um ou dois deputados¹⁸⁴. Mais grave ainda: a existência do partido e a violência exercida sobre as consciências dos católicos, recusando-lhes a liberdade de opção política, contribuíram para a radicalização na sociedade portuguesa, com prejuízos para a Igreja Católica, que sentiria muito em breve as consequências desse extremismo. Num tempo em que o antijesuitismo conquistara largas franjas do universo católico, o «nacionalismo» parecia ser, como observava Sampaio Bruno em 1909¹⁸⁵, «uma designação eufemística de “jesuitismo”».

Considerações finais

O *Estrella d’Alva* não acompanhou o exacerbar da guerra entre católicos a propósito do Partido Nacionalista, pois findou a sua publicação. Mas o abandono desse projecto não significou a desistência, por parte do médico de Loriga, das lides jornalísticas e políticas. Permaneceu ligado ao *Correio Nacional* e ao *Portugal em África*, e veio a ser um dos dirigentes

¹⁸¹ *Ibidem*, nº 41, 31/10/1902, p. 1, col. 1.

¹⁸² *Ibidem*, 27/11/1902, p. 1, col. 3.

¹⁸³ Ernesto Castro Leal, “Quirino Avelino de Jesus...”, cit., p. 366.

¹⁸⁴ In Manuel Braga da Cruz, *ob. cit.*, p. 232.

¹⁸⁵ In António de Araújo, *ob. cit.*, p. 50.

do periódico *A Associação Operária*. Integrou o grupo de fundadores do jornal *Portugal*, que substituiu o *Correio Nacional*. Como militante do Partido Nacionalista foi candidato em 1906, pelo círculo de Lisboa, tendo recebido igualmente o apoio do movimento da democracia cristã, o outro braço do catolicismo social. Este grupo via-o como um dos seus, reconhecendo a sua importância como «patriarca dos democratas-cristãos portugueses»¹⁸⁶. A candidatura não teve êxito. Em 1908 foi novamente candidato, com o mesmo resultado, desta vez pelo círculo de Viana do Castelo¹⁸⁷. Seria a última tentativa, pois a sua vida ia ter uma grande viragem. Nesse ano, em Novembro, após a morte da esposa, Mendes Lages retomou um projecto de juventude e deu entrada no noviciado da Companhia de Jesus, no Colégio do Barro, perto de Torres Vedras¹⁸⁸. Foi aí que a revolução republicana o surpreendeu. Depois de passar cerca de duas semanas na prisão de Caxias, como muitos outros jesuítas, partiu para o exílio. A chegada a Lisboa, onde embarcariam, seria especialmente tormentosa para Mendes Lages. Num período de paixões exasperadas, teve de enfrentar os insultos da população que, reconhecendo-o, sobre ele fez recair, de um modo particular, a sua ira, recordando, provavelmente, a sua ligação ao caso Sara de Matos. A sua fotografia, no momento do exame antropométrico a que foi sujeito – outros jesuítas foram sujeitos a essa prova, sentida como um vexame, pois colocava-os ao mesmo nível dos criminosos – foi das mais publicitadas¹⁸⁹. Coube-lhe a Holanda como lugar de destino. Nesse país foi ordenado presbítero, a 7 de Maio de 1911. Pouco depois partiria para a Bélgica (primeiro Alseberg e depois Jeffe Saint-Pierre, onde

¹⁸⁶ *O Grito do Povo*, 18/08/1906, in Manuel Braga da Cruz, *ob. cit.*, p. 231.

¹⁸⁷ Amaro Carvalho da Silva, *ob. cit.*, p. 192.

¹⁸⁸ A entrada no noviciado não significa um desinteresse pelo Partido Nacionalista que ajudara a criar. Eurico de Seabra tornou públicas cartas de nacionalistas recebidas por Mendes Lages no colégio de Barro, dando-lhe conta dos trabalhos eleitorais nas suas regiões. Eurico de Seabra, *A Igreja, as Congregações e a República*, Lisboa, Typographia Editora José Bastos, s. d., pp. 768-770.

¹⁸⁹ Estava em voga a Antropologia Criminal que relacionava determinadas características físicas com a propensão para o crime. A predisposição para a prática religiosa muito intensa (“monomania”) e a opção pela Companhia de Jesus eram vistas como sintomas de degenerescência. Essa “ambição totalizadora da medicina” foi analisada por Maria Rita Garnel, “O poder intelectual dos médicos – finais do século XIX – inícios do século XX”, *Revista de História das Ideias*, U. C., vol. 24, 2003, pp. 213-253.

O período conturbado de guerra à Igreja Católica foi tratado por Maria Lúcia de Brito Moura, *A Guerra Religiosa na Primeira República*, Cruz Quebrada, Editorial Notícias, 2004.

foi professor do colégio aí fundado, destinado a alunos portugueses). A guerra obrigou ao encerramento do estabelecimento de ensino, que foi transferido para Espanha. Faleceu neste país, em S. Jerónimo de Múrcia, na casa do noviçado da província portuguesa da Companhia de Jesus, a 11 de Janeiro de 1916 ¹⁹⁰.

Regressando ao *Estrella d'Alva*, ignoramos a importância que assumiu, na mentalização dos habitantes de Loriga, a quem se destinava especialmente. É muito provável que fosse conhecido da população alfabetizada da freguesia, que comentaria e, possivelmente, apoiaria, as ideias que veiculava. Apesar do reduzido número de exemplares disponíveis, evidencia o pensar da corrente católica mais conservadora, amante da ordem e da disciplina social, iluminada pelos valores cristãos da caridade e da responsabilidade relativamente aos mais fracos – operários e negros africanos (embora outros interesses pouco cristãos possam esconder-se sob essa capa) –, austeridade na vida quotidiana e honestidade na gestão dos negócios públicos. Nesta amálgama fundiam-se ainda sentimentos de repulsa anticapitalista laivados de anti-semitismo e antiprotestantismo.

A existência do jornal loriguense pode ajudar a explicar o conservadorismo político frequentemente apontado aos naturais de Loriga nos primeiros anos da República ¹⁹¹. Embora, como já foi salientado, se tratasse de uma localidade com um número apreciável de trabalhadores fabris, a voz do pároco – e dos elementos do patronato – continuava a ser respeitada ¹⁹². O que não significa que, no seu seio, não fossem despertando movimentos reivindicativos, traduzindo um desejo de mudança. Mas, para um grande número dos seus habitantes, esse sonho não interferia com crenças e hábitos enraizados. Se, nos primeiros anos do século XX, se tentou interessar a população num empreendimento relacionado com o crédito rural,

¹⁹⁰ Informações colhidas em Alexandre Coutinho Castello, *ob. cit.*

Uma carta do P. Mendes Lages, em Alseberg, dirigida a Manuel de Arriaga, então Presidente da República e de quem fora amigo quando ambos eram estudantes em Coimbra, encontra-se publicada em Sérgio Campos Matos e Joana Gaspar de Freitas (coord.), *Correspondência Política de Manuel de Arriaga*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pp. 405-407.

¹⁹¹ Maria Lúcia de Brito Moura, *O concelho de Seia em tempo de mudança: dos finais do século XIX ao desabar da 1ª República*, Escola Secundária de Seia e Câmara Municipal de Seia, 1997, p. 114.

¹⁹² Na festa da primeira comunhão de 1902, Augusto Luís Mendes, um dos industriais mais conceituados do concelho de Seia, teve um importante papel, ao lado de Mendes Lages, em todo o cerimonial, como é descrito no *Estrella d'Alva*, nº 41, 31/10/1902, p. 3, col. 3.

na ideia de vincular à terra os seus associados, nos anos 20 nascerá um projecto de outra natureza. Nos primeiros anos dessa década instituiu-se a *Associação Católica de Operários e Artistas*¹⁹³, que ainda existia em 1933, dinamizada pelo pároco, António Mendes Cabral Lages, sobrinho do médico e jesuíta António Mendes Lages. Constituiu um dos raros exemplos de sindicalismo católico em Portugal¹⁹⁴. Provavelmente a agremiação surgiu como resposta ao nascimento de uma outra, designada por *Associação de Classe das Indústrias de Loriga*¹⁹⁵, o que parece revelar que, a esse tempo, outros profetas surgiam, fazendo concorrência aos pregadores tradicionais.

¹⁹³ Maria Lúcia de Brito Moura, *O Concelho de Seia...*, *ob. cit.*, p. 198.

¹⁹⁴ Sobre “sindicatos católicos” veja-se Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo 1930-1947* (vol. I) Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995, pp. 204-212 e Maria Inácia Rezola, *O Sindicalismo Católico no Estado Novo – 1931-1948*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999, pp. 35-51.

¹⁹⁵ Maria Lúcia de Brito Moura, *O Concelho de Seia...*, *ob. cit.*, p. 198.